



Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental

Haruf Salmen Espindola ¹

RESUMO:

O Vale do Rio Doce - VRD tem motivado investigações nas mais diversas áreas do conhecimento, por parte de pesquisadores nacionais e estrangeiros. O interesse é atraído pelas variadas imbricações de processos socioambientais, socioeconômicos, socioculturais e políticos. O VRD se manteve como fronteira aberta, até meados do século XX, quando, finalmente, acabou a disponibilidade de terras e se encerrou a frente pioneira. Concomitante ao povoamento, ocupação econômica e formação dos núcleos urbanos, se implantou pela ação do Estado grandes projetos de investimento, particularmente nas áreas de siderurgia e mineração. Se para atores vinculados à modernização a fronteira era vista como depositária de recursos naturais, para as pessoas que chegavam com esperanças diversas a fronteira era uma terra prometida. No caso do VRD, a frente pioneira, fenômeno comum na história brasileira, foi impactada pela territorialização de grandes investimentos de capital, que assim definiram uma dinâmica histórica particular. O fim da fronteira foi marcado pelos primeiros sinais de se tratar de um processo insustentável, cujo desfecho é o colapso socioambiental. Entretanto, isso não se coloca para os atores envolvidos, que teimam em reproduzir uma visão ufanista. Portanto, esse artigo trata da visão da paisagem, da ideia de natureza, das narrativas sobre a fronteira e do discurso sobre o território, ou seja, construções culturais, ideias e discursos escritos sobre o VRD.

Palavras chave: Minas Gerais; Vale do Rio Doce; Frente Pioneira; Frente de Expansão Demográfica; Grandes Investimentos de Capital.

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Vale do Rio Doce, Brasil. harufse@gmail.com.

De início uma questão se apresenta: o que é evocado pelo nome vale do rio Doce. A dimensão espacial fica em segundo plano frente à associação que se estabelece com a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, gigante mundial do setor de mineração, cujo nome, em 2009, foi alterado para VALE S.A.. Como recorte regional é uma referência ambígua, cuja enunciação não remete a uma delimitação espacial com sentido automaticamente reconhecido, conforme Bourdieu (1985), (enunciado que se afirma no reconhecimento daquilo que se anuncia e lhe dá existência). Essa ambiguidade do VRD se sobressai ao se comparar com o efeito evocativo do nome Vale do Jequitinhonha, que remete ao estigma de “vale da miséria”, combinando-se, ao mesmo tempo, com a imagem de “riqueza cultural”. Nesse sentido, seria interessante examinarmos primeiro o problema relacionado à delimitação espacial proposta nesse estudo. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as 66 microrregiões do estado de Minas Gerais formam 12 mesorregiões, sendo a do Vale do Rio Doce composta pelas microrregiões de Ipatinga, Governador Valadares, Aimorés, Caratinga, Guanhães e Peçanha, além da microrregião de Mantena, que se encontra na bacia do rio São Mateus. A Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG), no entanto, agrupa as microrregiões em dez macrorregiões para fins de planejamento. A regionalização não é apenas diferente, mas mudou ao longo do tempo, afetando diretamente a utilização pelo historiador de dados estatísticos agregados regionalmente. Além das diferenças de regionalização e das mudanças ocorridas nessa regionalização, encontra-se modos diferentes de se referir à dimensão espacial referenciada pelo rio Doce: zona do rio Doce, médio rio Doce, região do rio Doce, bacia do rio Doce, nordeste de Minas, leste de Minas, região Leste, entre outros.

O eixo da reflexão proposta se concentra entre as décadas de 1920 e 1960, contrastando-as com o período posterior a 1960. A necessidade de contextualização, em alguns momentos do texto, exigirá que se mencionem períodos anteriores e que se estenda a reflexão à mesorregião do Vale do Mucuri. A delimitação temporal foi estabelecida em função da curva de crescimento demográfico: o período apresenta uma curva acentuada de crescimento demográfico, porém, após 1960, se forma uma acentuada curva descendente. As mesorregiões do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce formavam a “zona de mata” em Minas Gerais, na década de 1920, quando se intensifica o processo de ocupação das terras devolutas por agricultores e pecuaristas. As duas mesorregiões precisam ser consideradas juntas, porém sem incluir a microrregião de Ipatinga, cujo adensamento demográfico foi posterior a inauguração da siderúrgica USIMINAS, em 1962. Para essas duas mesorregiões do estado de Minas Gerais, consideradas áreas vazias demograficamente, no início do século XX, o Censo de 1960 contou 1.701.816 habitantes, o que representava a maior população de Minas Gerais (17% dos habitantes).

Apesar da taxa de fecundidade ter sido a mais alta de Minas Gerais, nas décadas de 1960 a 1980, as duas mesorregiões, sem incluir a microrregião de Ipatinga, apresentaram expressivo decréscimo de participação no total da população do estado de Minas Gerais. Essa proporção, para duas mesorregiões, caiu para 14%, em 1970, 11%, em 1980, e 9%, em 1991. O censo demográfico de 1991 contabilizou 1.546.568 habitantes, indicando, além da diminuição absoluta do número, a perda de todo crescimento vegetativo da população, segundo dados do Governo de Minas Gerais (1989). O movimento ascendente e descendente da curva de crescimento demográfico está ligada diretamente a dinâmica socioambiental da economia regional.

Este texto está construído com base em cinco títulos. Primeiro se discute as categorias território, fronteira e natureza. Em seguida, examina-se como natureza do vale do rio Doce foi percebida e expressa por diferentes autores, entre o final do século XIX e o início do XX. Na terceira seção se discute a representação da fronteira em dois romances, cujas narrativas contam a história de famílias que deixaram suas terras de origem e se estabeleceram “nas matas do rio Doce”. O primeiro é *Canaã*, de Graça Aranha (1904), e o segundo é *Fome em Canaã*, de Agripa Vasconcelos (1966). O título seguinte discute o processo de territorialização, os grandes investimentos de capital, o predomínio da frente pioneira², o fim da fronteira e o colapso socioambiental no vale do rio Doce. O último título discute as diferentes percepções sobre o vale do rio Doce e o que denominamos de embaçamento da consciência, em função da visão cornucopiana dominante. As construções culturais e imagens cornucopianas são contrastadas com as observações do escritor norte-americano John dos Passos (1896-1970), que publicou na obra *Brasil Desperta* suas impressões sobre o Vale do Rio Doce, colhidas em 1948.

As narrativas utilizadas nesse estudo contêm as percepções e imagens construídas por autores nacionais e estrangeiros. Essas narrativas mereceriam uma interpretação mais minuciosa, pois não se pode considerá-las testemunhos de uma realidade objetiva, mas a expressão das concepções de mundo e das mentalidades próprias do seu tempo e de como cada autor conseguiu ver e formular em palavras suas impressões da paisagem e das realidades humanas. Os vários testemunhos expressam intencionalidades e ideias, mas outros discursos estão subjacentes aos textos. Com as fontes nunca são algo dado, pronto e acabado, fica o desafio do trabalho hermenêutico que as analise e as compreenda

² A frente pioneira se caracteriza pela entrada de diversos empreendimentos econômicos, particularmente a indústria madeireira, a mineração e a pecuária de corte. Na sua definição é importante o predomínio do interesse econômico capitalista no mercado de terras, por meio de empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, industriais, bancárias etc. José de Souza Martins, *Frentes pioneiras: contribuição para uma caracterização sociológica*. Em *Capitalismo e Tradicionalismo*, (São Paulo: Pioneira 1975), 47-50.

(sob diferentes pontos de vista). Essa foi apenas uma primeira tentativa de combinar os estudos territoriais, a literatura e a história ambiental, pelos muitos horizontes que se abrem.

DIFERENTES CATEGORIAS: TERRITÓRIO, FRONTEIRA E NATUREZA

Nas últimas duas décadas a abordagem territorial se fez presente de forma crescente, inicialmente no campo da aplicação de políticas públicas e, no segundo momento, na pesquisa acadêmica. Não seria incorreto falar de um novo modismo terminológico. Logo, é bom começar pela discussão do conceito de território. A organização territorial é um complexo e complicado conjunto de formas materiais e simbólicas; de vários “tempos sociais”; de múltiplos seres, saberes, técnicas e coisas diferentes; e de relacionalidades multidimensionais vividas pelos membros da coletividade territorial (territorialidades). O território se constrói no processo de territorialização de forças produtivas, relações sociais, relações existenciais e representações sociais. O território, ao existir e funcionar produz a sua própria territorialidade, com as suas delimitações, definições e regulações. A territorialidade coloca em primeiro plano as relações de poder e, desta forma, assimetrias ou assimetrias presentes nas relações entre humanos e não-humanos, que formam a coletividade territorial.

Sack (1986) buscou formular uma teoria da territorialidade humana e, inicialmente, a define como uma estratégia espacial que pode ser acionada ou abandonada, conforme o interesse e necessidade do ator. Trata-se de uma “estratégia geográfica”, pois para se conseguir, pelo menos tentar, o controle sobre pessoas e coisas se estabelece primeiro o “controle de área”. As pessoas e organizações são desiguais e têm graus diferentes de acesso às outras pessoas, organizações e coisas. Esses diferentes acessos são determinados territorialmente. Assim, ele compartilha com Raffestin (1993) o entendimento de que todas as relações são marcadas pelo poder e mediadas territorialmente.

O controle da área é a melhor estratégia para o domínio sobre a matéria natural que ela contém. A formação do território não se dá em oposição a uma natureza idealmente originária, mas é também a constituição da natureza modificada, que é a existente. A natureza é parte das relações de poder, nas quais os atores da coletividade territorial estão empenhados. As concepções sobre a natureza participam do jogo relacional do poder e expressam contextos históricos determinados. Para Raffestin (1993) “...é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sociopolítica e socioeconômica dos recursos. ‘Os recursos não são naturais; nunca foram, e nunca serão!’”.

A distinção entre matéria e recurso é crucial, pois o segundo é uma dimensão geo-histórica. A primeira é um dado natural e a segunda é uma realidade histórica. A matéria é um “vasto campo de possibilidades”, dentre as quais algumas se realizarão conforme a intencionalidade do ator e as

condições objetivas para sua efetivação (conhecimento e prática). A matéria permaneceria na sua natureza de matéria na ausência da intervenção externa da técnica (capacidade de manipular as propriedades identificadas), social (demanda por essas propriedades), econômica (capacidade de transportar, produzir e fazer circular para o consumo) e político-jurídica (capacidade de possuir a coisa, segurança do domínio/propriedade e controle do acesso às fontes). Não é a matéria que é o recurso, mas as propriedades da matéria que constituem “classes de utilidade” para os humanos. As relações com recursos sempre são territorialmente reguladas para a maior eficácia do controle e da gestão dos seres e das coisas, conforme determinadas intencionalidades.

Essa concepção de território e natureza permite discutir a fronteira como processo de territorialização e apropriação da natureza, isto é, o uso da territorialidade como forma de controle da área para se determinar o acesso diferenciado às pessoas (força de trabalho) e às coisas (recursos). Para José de Souza Martins a fronteira é uma área dentro do território nacional incorporadas à dinâmica da economia capitalista por uma frente pioneira, em detrimento da agricultura familiar, de comunidades tradicionais e do meio ambiente.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. Martins (1991)

A expansão da fronteira e suas consequências na luta pela terra são realidades que ainda estão presentes no território brasileiro. O que ocorreu no Vale do Rio Doce, entre as décadas de 1920 e 1960, não constitui exceção nem caso particular na história recente do Brasil. Uma parcela expressiva da população brasileira foi e ainda é empurrada para as margens do espaço econômico dominante. Conforme Martins (1991), a frente de expansão demográfica abriria a fronteira para a penetração de interesses mercantis, sem que o capital ou o Estado precisassem realizar investimentos prévios. As populações previamente estabelecidas formariam o exército de reserva para a construção das obras de infraestruturas, que ao serem realizadas produziriam a valorização do espaço. O efeito desse processo é a expulsão dos primeiros ocupantes ou seus descendentes. Como afirma Martins (1991), o acirramento dos conflitos na fronteira não é fato de ordem econômica, mas uma dimensão de ordem política. A fronteira entra numa fase de expropriação dos primeiros ocupantes, levando as famílias de posseiros a se organizarem e agirem, constituindo-se no “fato política que é a resistência”.

O ponto de vista assumido nesse estudo considera a fronteira como produzida por sujeitos concretos e territorialmente determinados, envolvidos nas relações de poder, conforme Deleuze e Guattari (1997) sujeitos que agem ou realizam um conjunto de agenciamentos para efetivar intencionalidades. Os sujeitos são produtoras do território, mas seus agenciamentos dependem da territorialidade para se realizarem. Logo, sujeitos e território não são independentes das circunstâncias históricas e espaciais que os envolvem. Para os dois filósofos, o território é “produto agenciado”, e, ao mesmo tempo, é criador de agenciamentos. Entretanto, no processo de territorialização, os sujeitos são portadores de capacidades desiguais de agenciar e realizar a intencionalidade. Entender essa desigualdade de condições e posições ocupadas pelos sujeitos possibilita analisar o processo de territorialização como produção de dissimetrias que se expressam espacialmente na estrutura social e no ambiente, no mundo dos humanos e dos não humanos, na objetividade e na subjetividade, bem como nas relações entre essas categorias.

O vale do rio Doce, nas seis primeiras décadas do século XX, foi uma zona de fronteira, como outras existentes no Brasil, porém na qual se localizaram grandes investimentos de capital. Duas forças atuam concomitantemente: a distribuição e localização no espaço das populações, atividades econômicas e coisas determinadas pelo interesse do capital e do Estado, que se pode classificar de “necessidades externas”. No sentido inverso podemos identificar as “necessidades internas” que nasceram da dinâmica dos assentamentos humanos, ao aproveitarem as possibilidades oferecidas pelo meio conforme a experiências que trouxeram dos lugares de origem (territorialidade); as expectativas individuais e comunitárias que portavam ao migrar para a nova terra; a estrutura de classe que se constituiu nos processos de territorialização; e os conflitos que se estabeleceram entre diferentes concepções e interesses (frente de expansão vs. frente pioneira)³. A combinação das dinâmicas externas e internas configuraram a formação socioterritorial particular, que podemos denominar de Vale do Rio Doce.

A fronteira é um processo de territorialização de diferentes sujeitos que constroem e desfazem espaços socioambientais, na relação de exploração e dominação entre humanos e não humanos (exploração do outro e da natureza, transformada em propriedade geo-histórica). Essas categorias ajudaram a ler as fontes utilizadas nesse trabalho e possibilitam refletir sobre as construções culturais, ideias e discursos escritos sobre o vale do rio Doce.

³ Para os conceitos de “necessidades externas” e de “necessidades internas” vejam SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: Ensaio. 2ª ed. Petrópolis: Vozes 1982

Ao se afirmar que as categorias de território, fronteira e natureza governam às linhas de força configuradoras do vale do rio Doce, se considera uma determinada compreensão da dinâmica de incorporação da zona florestal, que hoje forma a mesorregião do Vale do Rio Doce. O processo de territorialização foi anterior à abertura da fronteira, ou seja, primeiro se constituiu o território e, posteriormente, a fronteira se abriu. Isso significa que houve um tempo em que as terras dessa zona florestal não eram acessíveis ou estavam fechadas à frentes de expansão demográficas, conforme as definições de Martins (1991). No final do século XVIII o rio Doce era uma área proibida, ou seja, era uma extensa zona florestal habitadas por populações nativas, que se encontrava fechada à presença luso-brasileira. Primeiro foi necessário incorporar essa zona como território. Isso ocorreu a partir da Carta Régia de 13 de maio de 1808, por meio de um processo de conquista militar, como foi mencionado anteriormente. Na verdade foi um duplo processo, militar e catequético. Segundo Espindola (2001), na década de 1860 frades capuchinhos assumiram a função de atrair e reduzir as populações nativas, completando o processo iniciado pelas divisões militares do rio Doce. No vale do rio Doce se produziu a territorialização estatal, por meio do controle da zona de floresta, do extermínio cultural das populações indígenas e diluição genética dos índios no conjunto da população nacional, possibilitando a liberação das terras para a ocupação por nacionais e estrangeiros.

Não somente a constituição do território foi anterior à abertura da fronteira, no sentido dado por Turner (2009), de terras livres para serem ocupadas, como a dinâmica territorial, comandada pela lógica do Estado, se impôs sobre a fronteira, condicionando as linhas de forças de sua evolução. Os aspectos dominantes vinculados ao fenômeno da fronteira ou zona pioneira foram alterados pela presença de determinadas matérias oferecidas pela natureza. Essas se tornaram recursos naturais estratégicos para as economias capitalistas desenvolvidas e, ao mesmo tempo, para se promover a modernização e industrialização dos países de economia agrária, na primeira metade do século XX.

A REPRESENTAÇÃO DA FRONTEIRA COMO RECURSO NATURAL

As paisagens formadas pelo relevo e clima variados da bacia hidrográfica do rio Doce, combinados com os diversos tipos de solo, resultaram em diferentes tipos de cobertura florestal tropical, num complexo e delicado estado de clímax, ou seja, que atingiu a maturidade e estabilidade na sua biodiversidade. A floresta, na sua expansão do litoral para o interior, penetrou profundamente a bacia do rio Doce, até as encostas da cordilheira do Espinhaço. Segundo Strauch (1958), a força dessa expansão podia ser observada na ocorrência da floresta “em certas áreas do vale, onde o solo se resume numa camada muito delgada surgindo logo em seguida à rocha *mater* na forma de lajedo muitas vezes expostos nas encostas mais íngremes”. O viajante naturalista francês Saint-Hilaire (1974), que esteve em

Minas Gerais em 1816-1817, no trajeto entre o Serro e Peçanha, assim descreveu o caminho: “tem esse aspecto grave e austero que lhe dá sempre a vizinhança de florestas”. Ao se aproximar de Peçanha, “limite das florestas habitadas pelos Botocudos”, chama a atenção para a paisagem formada por “florestas virgens” que pouco se diferenciavam “das matas dos arredores do Rio de Janeiro”. Para Saint-Hilaire, no rio Doce a natureza conservou “quase toda a sua potência; o homem isolado, lutando contra ela, mostra o quanto é ele fraco, e, após tantos esforços apenas deixa ligeiros traços de seu trabalho”. Passados 100 anos, Miranda (1949) afirma que o vale do rio Doce “se caracteriza como zona essencialmente florestal”, cuja presença humana formava manchas esparsas.

Segundo Strauch (1955), a bacia hidrográfica do rio Doce⁴, formadora da região hidrográfica do Atlântico Sudeste brasileiro, se distribui em quatro mesorregiões de Minas Gerais e duas do Espírito Santo: respectivamente, Campos das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Litoral Norte Espírito-Santense, Noroeste Espírito-Santense. Como uma extensão de 853 km, o rio Doce drena uma área de cerca de 83.400 km², dos quais 86% ficam no estado de Minas Gerais e o restante no Espírito Santo. A denominação de rio Doce ocorre quando o rio Piranga, que nasce na encosta da serra da Mantiqueira, município de Ressaquinha, se encontra com o rio do Carmo, que nasce na encosta da serra do Espinhaço, no município de Ouro Preto. O alto rio Doce vai da nascente até a foz do rio Piracicaba. “Apenas um pequeno trecho do rio Doce propriamente dito está no seu trecho superior”. O médio rio Doce “está compreendido entre a foz do rio Piracicaba e a barra do Manhuaçu”. Em 1951, ainda apresentava as margens “revestidas, com frequência, de restos de matas”⁵.

Os afluentes, em função do relevo, têm características bastante diferentes do rio Doce, pois são profundamente encaixados e sinuosos. Na sua maior parte, o rio Doce corre numa depressão interplanáltica e numa depressão periférica, enquadradas pelas zonas serranas do Espírito Santo, do Caparaó, da Mantiqueira, da Cordilheira do Espinhaço, da Serra Negra, da Serra da Nogueira e da Serra dos Aimorés, com altitudes médias entre 600 e 2.000 metros. As duas depressões formam o vale, propriamente dito, caracterizando-se por estreitos terraços e baixadas aluviais, com vastas áreas de

⁴ A bacia do rio Doce abrange, total ou parcialmente, áreas de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo. Tem uma população total de 3,1 milhões de habitantes (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Agência Nacional das Águas - ANA). As principais cidades da bacia do rio Doce são Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Ubá, Timóteo, João Monlevade, Caratinga, Viçosa, Ouro Preto e Coronel Fabriciano, em Minas Gerais; Colatina e Linhares, no Espírito Santo

⁵ “Em 1857, Nicolau Rodrigues França Leite transporta cerca de cinquenta imigrantes alemães e franceses para a sua colônia particular, denominada de Fransilvânia, nos arredores da atual cidade de Colatina. Em 1861 o empreendimento já havia sido completamente abandonado pelos colonos em função do frequente ataque dos Botocudo”. Projeto Imigrantes Espírito Santo do Arquivo Público do Espírito Santo. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>. Acessado em 31 de outubro de 2014.

pântanos e zonas lacustres. Essas depressões, entre as cidades de Aimorés e Ipatinga, estão numa altitude muito baixa em relação às terras elevadas das bordas da bacia, entre 76 e 220 metros. A paisagem é caracterizada pelos “mares de morro”, com vertentes sem forma dominante, participando de um relevo movimentado, tendo nas bordas de pontões às terras altas e acidentadas, com vales profundos e cursos d’água caindo em sucessão de cachoeiras. As variações de formas e altitude do relevo resultam em diferenças de clima, além de influenciar nos índices pluviométricos, particularmente à medida que se afasta das depressões do rio Doce e se dirige para as bordas da bacia.

Nas terras baixas as temperaturas variam nas máximas entre 37° a 41°, entre outubro e abril. O período de chuva é de seis meses, entre outubro e março, porém quase 2/3 das chuvas se concentram nos meses de verão. “Chove, em geral, relativamente pouco nesses fundos de vales – em torno de 1.000 a 1.200 mm – o que, aliado a temperaturas elevadas, dá um forte valor de evaporação”. A temperatura se ameniza para médias inferiores a 22° e as chuvas sobem para mais de 1300 mm anuais, na medida em que se afasta da depressão central e se dirige para as bordas sudeste, sul, oeste e noroeste da bacia do rio Doce⁶. Segundo Cupolillo (2008), o comportamento padrão pode sofrer alteração por secas sazonais e estiagens prolongadas, que podem avançar sobre os meses de setembro e outubro, ou pela incidência “de veranicos, caracterizados por pequenos períodos de déficit hídrico em plena estação chuvosa”.

No século XIX, o fascínio pela floresta e pelos povos nativos tinha motivado a presença de vários viajantes estrangeiros, entre os quais o Príncipe *Maximiliano de Wied-Neuwied*, *Auguste de Saint-Hilaire*, *Friedrich Sellon*, *Charles Hartt*, entre outros. O próprio Dom Pedro II esteve no rio Doce, em 1860, numa viagem que o levou até Linhares. A expectativa de progresso para a zona do rio Doce levou, em 1857, à instalação de 50 alemães e franceses na colônia de Fransilvânia, nos arredores da atual cidade de Colatina em 1867, 400 colonos vindos do sul dos EUA, foram instalados nos arredores de Linhares, após a derrota dos confederados na guerra da secessão dos EUA⁷. Esses assentamentos

⁶ Ney Strauch (org.), *A bacia do Rio Doce. Estudo geográfico*, (Rio de Janeiro: IBGE 1955), 27. Depressão interplanáltica é uma área baixa circundada por planaltos. Existem 12 depressões dessas no Brasil. Depressão periférica é um abaixamento do terreno em relação à área circundante, assemelhando-se ao fundo de uma canoa. A cidade de Aimorés, na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo, cerca de 200 km da foz do rio Doce, está a 83 metros acima do nível do mar; Governador Valadares, a pouco mais de 300 km, está a 170 m; Ponte Nova, a quase 600 km, está numa altitude de 330 metros. (As distâncias referem-se à rodovia que segue o curso do rio Doce.) Por outro lado, afastando-se da calha do rio, se percebe claramente que se trata de uma depressão, pois a altitude sobe rapidamente para o patamar e se torna muito oscilante, como sucede entre Governador Valadares e Caratinga, que varia de 250, 500, 700 metros ou mais, numa distância de cerca de 100 quilômetros.

⁷ Judith Jones, “Soldado descansa!” (São Paulo: Jarde 1967): Dez mil sulistas americanos migraram para o Brasil, dos quais 400 foram para o Rio Doce. Uma carta do coronel Gunter, transcrita por Judith Jones, fala das terras do Rio Doce: “Venha para cá e compre terras (...) que custarão 22 cents o acre e você poderá pagar em quatro anos, melhor que qualquer uma nos Estados Unidos, mesmo nas zonas mais férteis do Alabama.” A maioria das famílias deixou o Rio Doce, dirigindo-se para São Paulo, pois a terra que havia despertado tanta esperança acabou expulsando-os: nuvens de pernalongos e outras pragas, isolamento, irregularidade das chuvas, secas prolongadas e malária, que não deixava livre ninguém. Basil Manley, filho do

parecem pouco expressivos pelo pequeno número de imigrantes, comparados ao grande contingente que entrou no Brasil nas décadas seguintes. Entretanto, nesse período inicial da imigração, a escolha desse destino foi significativa, pois respondia à imagem construída no século XIX sobre vale do rio Doce, que se contasse com os braços certos produziria riquezas. A produção agrícola obtida nos terrenos desflorestados deixou os imigrantes fascinados, no primeiro momento, porém o desequilíbrio causado no meio logo trouxe inúmeras dificuldades, pois a produtividade caía rapidamente, as formigas atacavam as lavouras e as pessoas se viam acometidas de malária. Os emigrantes instalados em contexto absolutamente adverso a toda experiência anterior que conheciam, não conseguiram superar as dificuldades do meio, resultando no completo fracasso desse projeto inicial de instalar imigrantes no rio Doce.

A adversidade do clima, especialmente em épocas de estiagens prolongadas, que reduziam significativamente o volume de água do rio Doce e secavam completamente rios menores e córregos, foi observada por visitantes que estiveram no rio Doce, entre final de setembro e início de outubro. A viajante naturalista princesa Teresa da Baviera descreve a dificuldade enfrentada pelo canoeiro, em função das águas estarem muito baixas e impedirem a navegação. Segundo Augusta (2014), ela se encontrava no rio Doce, em setembro de 1888, na altura da barra do rio Pancas, em frente à atual cidade de Colatina, no Espírito Santo:

Já estava escurecendo quando alcançamos a barra do rio Pancas, um dos afluentes do lado norte, em cujo curso inicial também havia um grande acampamento de botocudos bravios. Já na margem oposta da barra situava-se a choupana do negro Soares, onde deveríamos encontrar abrigo para a noite. Entretanto, o nível de água do rio Doce estava tão baixo que durante meia hora, sem sucesso, tentou-se atracar a canoa na margem. Finalmente, não havendo outra escolha, atracamos num banco de areia. Daí uma canoa menor nos levou até a margem. (Augusta 2014).

Em suas memórias corográficas, o engenheiro Álvaro da Silveira relatou situação semelhante com relação aos efeitos da estiagem prolongada sobre as águas do rio Doce e dos afluentes. Seu relato se refere ao início do mês de outubro de 1911, época em que realizou o seu trabalho cartográfico da região. Ele menciona as águas muito baixas e registra em fotografias o leito de pedra do rio Doce exposto, além de ressaltar os vários cursos d'águas secundários que se encontravam secos⁸. Cupolillo (2008) chama a atenção para um quadro de escassez de água ocorrer em meio a uma floresta tropical.

Cel. Gunter, falecido em 1883, foi nomeado representante consular em Vitória, em 1889, tornou-se acionista de ferrovia e fez fortuna, vivendo no Brasil até sua morte.

⁸ Os engenheiros Álvaro da Silveira e Ceciliano de Almeida realizaram, em 1911, trabalho de campo para fundamentar a posição de Minas Gerais nos litígios de fronteira com Espírito Santo. Daniel Carvalho, *Estudos e Depoimentos* (Rio de Janeiro: José Olympio 1953), 213-218; Álvaro Astolpho da Silveira, *Memórias Chorográficas* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1922), v. 2, 497.

Na ocorrência do veranico mais intenso em fevereiro, no qual a precipitação cai no valor “normal” de 126 mm para menos de 37,5 mm, os efeitos da estiagem prolongada podem se tornar ainda mais agudo.

Entretanto, ocorrem anos de cheias excepcionais dos rios da bacia do rio Doce, em função de intensas chuvas no verão, particularmente nos meses de dezembro e janeiro. Segundo Espindola (2000), como a maior parte das cidades “ocupa de maneira desorganizada o espaço que por direito e de fato pertence aos rios, ou seja, suas planícies de inundação”, o resultado são as enchentes urbanas que afetam centenas de moradores ribeirinhos. O vale do rio Doce apresenta um complexo e frágil clímax conquistado pela floresta tropical, ou seja, equilíbrio entre relevo, clima e hidrologia, de um lado, e a vegetação, solo e fauna, de outro. A história do vale do rio Doce é um processo de rompimento desse complexo e frágil equilíbrio. Segundo Espindola (2000), as ações antrópicas romperam profundamente o equilíbrio, particularmente entre 1930 e 1970, em função da exploração extrativista; da eliminação da cobertura florestal; da redução drástica da fauna; das alterações físicas e químicas dos solos; da contaminação das águas superficiais e lençóis freáticos; e da exploração acentuada das vertentes, provocando o fim de atividades econômicas características do período pioneiro e impactos ambientais de longo prazo.

A presença de determinadas matérias oferecidas pela natureza foi determinante na dinâmica da ocupação do vale do rio Doce. Nas palavras do Tem. Coronel Salm de Miranda, publicadas em 1949: “ambição desenfreada, e sem o mínimo senso de retribuição, dos seus dominadores, olha nele apenas, e de olhos grandes, a suas riquezas minerais”. O estabelecimento de uma economia de exploração dos recursos naturais, na primeira metade do século XX, impulsionada pela Segunda Guerra Mundial, acelerou o processo de apropriação privada (do solo, floresta, fauna, água e minério) e de expropriação da população camponesa que havia se estalado no período da frente de expansão demográfica. Esse processo, no entanto, é parte de circunstâncias históricas mais amplas, desencadeada pela passagem do capitalismo a uma nova fase: o imperialismo.

Na segunda metade do século XIX, impulsionada pelo ideal de modernização e progresso econômico, uma nova mentalidade determinou a imagem sobre a natureza e, ao mesmo tempo, direcionou o olhar para compor uma paisagem não mais romântica, impressionista; também diferente daquelas dos viajantes naturalistas. A nova percepção reflete uma concepção histórica da natureza como recurso e direciona o olhar para sintetizar uma paisagem composta de elementos selecionados por apresentarem um valor de troca. Três relatos escritos sobre rio Doce, entre o final do século XIX e o início do seguinte, são representativos dessa concepção histórica da natureza como recurso. As motivações que provocaram as três escritas são diferentes, mas compartilham a mesma circunstância

histórica: um mundo de transformações na produção (segunda revolução industrial), na dinâmica capitalista (imperialismo) e na estrutura social (urbanização crescente). Energia elétrica, aço, petróleo, química pertencem aos países que dominam a economia e o poder mundial. *Alcançar* os que estavam à *frente* exigia progresso: modernização e industrialização tornaram-se *leitmotiv* dos novos tempos⁹.

O primeiro é o inglês William John Steains (1863-1894). Aos 18 anos de idade, veio para o Brasil trabalhar como desenhista na construção de uma ferrovia em Alagoas. Em 1885, com 22 anos, concebeu e realizou uma expedição ao rio Doce, cujo produto foi o relato de viagem lido na *Royal Geographical Society* de Londres, no dia 16 de janeiro de 1888. Esse jovem, que faleceu aos 31 anos na África, foi marcado pela era de ouro das explorações geográficas às “terras selvagens”. A expedição foi realizada entre junho de 1885 e janeiro de 1886, desde a foz até onde hoje se localiza o Parque Estadual do Rio Doce, acima do município de Ipatinga, em Minas Gerais. No dia 11 de dezembro chegou ao povoado de Figueira, depois de um dia e extrema dificuldade para percorrer pouco menos de 13 quilômetros rio acima. A estiagem tinha chegado ao fim e começava a época da cheia do rio Doce, obrigando a conduzir a canoa rente às margens, puxando-a com ajuda das “árvores que cresciam abundantemente nas margens do rio junto à água”. A profundidade e a força que a correnteza adquiriu impediam o uso das varas (catuá) ou de remos. Como três membros da expedição ficaram doentes, demoraram uma semana em Figueira, porém se viram obrigados a partir, pois precisavam “adiantar-se o mais possível antes que as cheias chegassem ao seu nível mais alto”.

Depois de percorrer mais de 500 km, por seis meses, sofrendo ataque de malária, Steains resolve encerrar a expedição. No seu relato, a floresta é deslumbramento, expresso em frases de efeito, tais como “miríade de formas de vida vegetal”; “densa e confusa massa de opulenta e variada folhagem”; e “mundo rodeado de luxuriante fertilidade”. “O grande encanto dessa região do Brasil está nas imensas florestas virgens que cobrem, com grandiosidade sem par, quase a totalidade da área banhada pelo rio Doce e seus numerosos afluentes”. Ele destaca as “belas florestas” e “centena de espécies da melhor madeira”, que vistas do rio formam uma “muralha quase impenetrável da vegetação tropical mais esplendidamente natural que possa ser imaginada”¹⁰.

⁹ “Alcançar”, “estar à frente”, “ultrapassar” foram termos que se tornaram parte do conceito de *progresso* característico do capitalismo triunfante do século XIX e início do XX. Reinhart Koselleck, *Futuro Passado*, (Rio de Janeiro: Contratempo; PUC-Rio 2006), 317, 319, 322, 326.

¹⁰ “A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda”, foi lido na sessão da *Royal Geographical Society* de Londres, em 16 de Janeiro de 1888, e publicado no boletim mensal da instituição, em fevereiro do mesmo ano: William John Steains, “An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil)”, *Proceedings of the Royal Geographical Society*, 10, 1 (1888), 61-84. Disponível em http://biblio.wdfiles.com/local--files/steains-1888-exploration/steains_1888_exploration.pdf. No site Estação Capixaba consta uma tradução feita por Reinaldo Santos Neves, com o título “**A exploração do Rio Doce e seus afluentes da margem esquerda**”, disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/>

Para Steains a floresta tropical do rio Doce é a “natureza na sua mais pura forma”. A visão edênica de uma natureza selvagem e sem interferência humana é quebrada logo a seguir pela razão mercantil: “grande quantidade dessa árvore tão procurada que é o jacarandá”. Seria esse o verdadeiro deslumbramento? O que pensava um inglês nessa época de poderio do império britânico, provavelmente leitor das histórias de Richard Francis Burton (1821-1890)¹¹? Um jovem inglês chega a uma terra desconhecida e aparentemente se deslumbra com a natureza cheia de árvores, porém logo se revela o verdadeiro encanto. Steains viu a riqueza mercantil do “imenso número de valiosas madeiras [Jacarandá, Ipê, Peroba, Vinhático, entre outras] que abundam nas belas florestas virgens”. Riqueza que Brasil poderia desfrutar se explorasse o potencial econômico da região: “uma das mais ricas zonas do seu vasto Império”. Entretanto, como isso ainda não tinha ocorrido, o vale do rio Doce permanecia como “um paraíso fechado”. No que se refere às riquezas minerais, ele afirma ter pouco a dizer, mas menciona as gemas, as numerosas espécimes do mineral conhecido como cristal brasileiro e os sinais de ferro por toda parte¹².

A riqueza mineral da província de Minas Gerais é o tema principal de Claude-Henri Gorceix (1842-1919), francês que o imperador Dom Pedro II convidou, em 1874, para introduzir no Brasil o ensino de mineralogia. Gorceix fundou a Escola de Minas de Ouro Preto (1876), contando com o apoio pessoal do imperador para contornar muitos entraves financeiros e políticos. Os viajantes naturalistas permaneciam pouco tempo no Brasil, porém Gorceix se estabeleceu em definitivo. Em 1880 saiu pela *Revista Brasileira*, publicação produzida na Corte (Rio de Janeiro), o artigo de Gorceix (1952) “O ferro e os mestres de forja na província de Minas Gerais”. O texto é uma afirmação da importância da mineralogia para o progresso de Minas Gerais e do Império, bem como da Escola de Minas e dos alunos que ela formava¹³.

temas/historia/a-exploracao-do-rio-doce-e-seus-afluentes-da-margem-esquerda/. Outra versão foi publicada pela “Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro”, em 1888. William John Steains, “O Valle do Rio Doce,” *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, 4, 3 (1888) 213-226. [Traduzido por G. de Noronha]. Disponível em http://biblio.wdfiles.com/local--files/steains-1888-rio-doce/steains_1888_rio_doce.pdf. Acessado em 18 de abril de 2014.

¹¹ Richard Francis Burton foi um dos mais destacados aventureiros e exploradores geográficos do século XIX, além de diplomata britânico, agente do serviço secreto, escritor e tradutor. Dominando vários idiomas e dialetos, se aventurou em todos continentes, indo a lugares ainda inexplorados pelos europeus. Ele assumiu o consulado britânico na cidade de Santos, em 1865, permanecendo até 1868. Isso lhe deu oportunidade para realizar diversas expedições pelo interior do Brasil e pela América do Sul. Publicou *Explorations of the highlands of the Brazil*, em 1869.

¹² William John Steains. O Valle do Rio Doce, 218-219, 225; An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil), 62; “Signs of iron were abundant in most places”. An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil), 66.

¹³ Para uma visão geral sobre Claude-Henri Gorceix, veja Moema de Rezende Vergara, “O Imperador e os Espaços de Ciência no Brasil do século XIX.” *X Encontro Regional de História, ANPUH-RJ*, (2002). Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Vergara%20Moema%20R.doc>. Acessado em 19/4/2014.

Ele inicia o artigo denunciando o desconhecimento que existia sobre as riquezas minerais de Minas, principalmente das “montanhas de minérios de ferro de excelente qualidade”. Gorceix procura demonstrar a importância dos recursos minerais para a época que o mundo vivia, realçando os benefícios econômicos da pesquisa geológica. Ele busca convencer o governo de Minas Gerais da necessidade de se fazer a carta geológica e de se tomar as providências para o aproveitamento das riquezas minerais. Em sua opinião não se teria muitas dificuldades para a exploração do minério de ferro, pois “ocupam o andar superior dos terrenos”. O problema do custo do transporte seria solucionado ao se colocar os estabelecimentos metalúrgicos próximos as áreas de extração. Para Gorceix, havia no vale do rio Doce uma combinação favorável ao desenvolvimento da indústria metalúrgica em Minas Gerais: matas para produzir carvão vegetal, água para gerar força hidráulica e minério de ferro.

Ele defende a tese de que o carvão de madeira resultaria em “ferro da melhor qualidade do que os combustíveis minerais”, pois esse teria um quantidade reduzida de enxofre. O governo deveria preservar a floresta da incúria e da malevolência, que “tem concorrido para o desaparecimento de grande parte das matas”. A defesa da floresta não tinha sentido preservacionista, mas uma razão mercantil. A floresta do rio Doce era vista como meio de produzir a riqueza siderúrgica, fundamental para a época que o mundo vivia. Pode-se ler na expressão “época que o mundo vivia” as circunstâncias históricas que contextualizam seu tempo e seu lugar de origem (Europa). Seis anos antes de desembarcar no Brasil havia explodido a guerra franco-prussiana (1870-1871) e, os anos seguintes, foram marcados por crescentes tensões imperialistas e conflitos localizados. Em sua época, para qualquer indivíduo medianamente culto, havia a certeza de que a base do poder econômico e militar das grandes potências capitalistas era a moderna indústria, especialmente a siderúrgica.

Para Gorceix a extensão da devastação das matas era um grande mal, mas “não irremediável”, pois ainda existiam “grandes extensões de florestas”, que “representam a fortuna do país”. A valorização das matas como energia para a produção siderúrgica é acompanhada de uma crescente crítica ao posseiro, que desmatava para cultivar roças de subsistência. No interior da elite mineira cresceu a rejeição aos lavradores pobres, que se apossavam de terrenos devolutos cobertos de matas. Eles passaram a ser visto como invasores de terra e destruidores da riqueza potencial das Minas Gerais. A elite mineira desenvolveu uma consciência sobre o potencial oferecido pela geografia das regiões central e do rio Doce. As opiniões e propostas de Gorceix são encontradas nos discursos políticos, nas primeiras décadas do século XX, como argumentos para a defesa da conservação das matas e da implantação de usinas siderúrgicas junto às fontes de minério de ferro e carvão vegetal.

Segundo Gorceix (1952), o presidente de Minas Gerais, Francisco Sales (1902-1906), em seu relatório de junho de 1906, defendeu perante a Assembleia medidas que coibissem essas “invasões” e aumentasse a vigilância contra os “invasores”. “Continuando a dar-se a invasão e devastação das terras públicas, seria de toda conveniência a decretação de uma medida de fácil execução no sentido de impedir a continuação desse abuso, que virá em pouco tempo dificultar melhor utilização dessas terras por meio de uma colonização systemática. Com incentivo à melhor vigilância das terras e mattas públicas, pode-se-á criar uma remuneração para os chefes das comissões de terras, dando-se-lhes ao mesmo tempo meios práticos de acção contra os invasores.” Esse discurso, segundo Espindola (2013) é parte de uma concepção mais ampla que toma conta da elite mineira, fundamentada na crítica ao ciclo apenas exportador (lembrança da mineração do ouro) e, ao mesmo tempo, na defesa da diversidade econômica e da industrialização.

O terceiro texto foi publicado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, em 1906. Foi escrito por Nelson Coelho de Senna (1876-1952), político, escritor e professor universitário em Ouro Preto. A publicação saiu pouco depois do “Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais”, ocorrido em 1903, em Belo Horizonte, ter recomendado uma política de diversificação produtiva do estado. Em 1904, Senna encomendou o estudo da “Planta do Rio Doce”, desde à foz do rio Piracicaba à barra do rio Manhuaçu (médio rio Doce), para embasar o pedido de concessão de exploração mineral. No documento sobressai a frase: “Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no vale do rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa, para que apareçam...”.¹⁴ A ocupação da região tinha avançado pouco e as povoações arranhavam as margens de alguns rios. Como na época colonial, a região continuava a despertar o imaginário de muitos ambiciosos da aventura e da riqueza fácil, no sentido que Buarque (1994) nos fala em “visão do paraíso”.

O olhar de Steains era um misto do fascínio da natureza tropical e do espírito de aventura dos exploradores do século XIX, com comentários esparsos sobre o potencial mercantil dos recursos florestais. Gorceix representa o olhar da ciência e da racionalidade do século XIX, ou seja, a interação entre geologia, minério de ferro e economia. Ele se coloca a serviço do Estado, defendendo a transformação da natureza em utilidades e riquezas. Senna reflete o momento que antecede a Primeira

¹⁴ Nelson de Senna. *Bacia do Rio Doce - terceiros dos relatórios apresentado ao governo do Estado de MG*, (Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1906), p. 24. Seis anos após a sua inauguração, Belo Horizonte recebeu representantes das regiões mineiras e de setores da economia para debaterem a diversificação e progresso econômico de Minas. O governo estadual (gestão de Francisco Sales), em parceria com a elite econômica mineira, organizou o encontro, que contou com um número significativo de representantes, escolhidos por seus pares em cada município, além de empresários da indústria nominalmente convidados. Otavio Soares Dulci, *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, (Belo Horizonte: Editora UFMG 1999), 43-44.

Grande Guerra, combinado com a tomada de consciência dos mineiros no “Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais” de 1903. Passados 20 anos da viagem de Steains, Senna desce o rio Doce com uma visão que se pode classificar como “capitalista”:

Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no Vale do Rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa para que apareçam e deslumbrem as quantas empresas que nelas empatem a suas atividades e interesse. ... a organização de uma grande empresa ou sindicato para explorar as grandes riquezas naturais do rio Doce dará lucros imediatos, porque o solo e o subsolo ali podem, no lendário rio, oferecer ao homem as maiores opulências e tesouros. (Senna 1906).

Senna dirige um olhar capitalista sobre a natureza do vale do Rio Doce, vendo no lugar de matérias naturais os recursos potenciais de riqueza e acumulação de capital: nas montanhas vê ferro e manganês; nas cachoeiras vê enorme potencial hidrelétrico; nas matas vê “madeiras de lei” e produtos para tinturarias e farmácia; na fauna vê couros dos animais silvestres. A era do imperialismo havia chegado ao auge, penetrando o interior de todos os continentes: crescia a corrida armamentista, o poder do aço, a revolução da eletricidade, a extensão das ferrovias e das novas indústrias. A natureza é recurso que pode promover a riqueza dos particulares e do Brasil, sobretudo os recursos minerais, tais como ferro, manganês, malacacheta (mica), entre outras matérias-primas. Seu exagero ao incluir cobre e mercúrio na sua lista apenas confirma o fato dele estar dominado por uma imagem de riqueza que se coaduna com os “novos tempos” de industrialização acelerada. Se esses minerais apenas aparecem na sua lista, em relação ao minério de ferro e à siderurgia, seriam o futuro de Minas Gerais:

O ferro na bacia do Rio Doce, como em todo o Estado de Minas, é em tão grande quantidade que por muitas gerações com ele abasteceremos o mundo inteiro, uma vez que lá se montem usinas metalúrgicas. Montanhas de ferro a céu aberto ali esperam a grande indústria siderúrgica do futuro. (Senna 1906)

Não somente os minérios foram vistos como recursos naturais que iriam gerar enorme riqueza econômica, os rios também foram apresentados como fatores decisivos para a produção dessa riqueza, como força hidráulica para produção de energia para a industrialização. A ligação ferroviária garantiria o transporte da produção, tanto pelo ramal que ligaria Belo Horizonte a São José da Lagoa (atual cidade de Nova Era), como pela Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM, que ligaria a região ao mar, pelo porto de Vitória, no Espírito Santo. Os rios precisavam ser controlados e explorados, para que produzissem energia elétrica para os maquinismos mais complicados e para a produção mineral. Segundo Senna (1906), “De numerosas cachoeiras podemos nos aproveitar como força motriz, que nos forneça logo a energia mecânica necessária à indústria extrativa, dando-nos milhares de cavalos de força.”

Os depósitos de minério de ferro de Minas Gerais, pouco conhecidos no exterior, segundo Gorceix, se tornaram motivo de disputadas acirradas depois do relatório apresentado pelo geólogo naturalizado Orville Derby (1851-1915), diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no 11º Congresso Geológico Internacional, realizado em Estocolmo (Suécia), em 1910¹⁵. A área de ocorrência do minério de ferro e manganês ocupa uma extensão de 7.000 km², cuja forma se assemelha a um quadrado, se estendendo a leste de Belo Horizonte, na direção ao vale do rio Doce. Essa área denominada de Quadrilátero Ferrífero esteve no centro das disputas envolvendo a elite mineira, o governo federal e interesses estrangeiros (norte-americanos, ingleses, franceses e alemães). Para a elite mineira tratava-se de viabilizar a exploração econômica do minério de ferro, porém associando exportação e implantação de um parque siderúrgico no Vale do Rio Doce¹⁶.

Entretanto, antes do estágio de predomínio da dinâmica territorial comandada pela força do capital e do Estado, houve um tempo que se segue à etapa militar e catequética da conquista do rio Doce, no qual a fronteira se caracterizava pela presença da frente de expansão demográfica e da frente pioneira. A literatura oferece uma oportunidade para se dialogar com esses dois fenômenos. O romance de Graça Aranha, lançado em 1902, com o título sugestivo de “Chanaan” (Canaã), nos permite refletir sobre a presença de imigrantes que constituem uma frente pioneira; o romance “Fome em Canaã”, de Agripa Vasconcelos (1896-1969), permite discutir a frente de expansão democrática no vale do rio Doce.

A REPRESENTAÇÃO DA FRONTEIRA COMO TERRA PROMETIDA

Antes de se examinar as narrativas sobre a fronteira, a partir dos romances de Graça Aranha e Agripa Vasconcelos, seria interessante apresentar alguns dados sobre o processo de ocupação do vale do Rio Doce. A extensa área que se entendia do rio Pomba ao Jequitinhonha, passando pelos rios Doce e Mucuri (leste e nordeste do estado de Minas Gerais) era conhecida como “Sertão do Rio Doce”, nas

¹⁵ Entre os principais temas do congresso estava o minério de ferro. O relatório do evento incluiu 64 trabalhos em dois volumes de quase 1.100 páginas e um volume Atlas contendo 43 mapas. No Congresso foi apresentado um inquérito denominado “The iron-ore resources of the world”, no qual F. Beyschlag (Alemanha) propôs a continuação do inventário dos recursos de minério de ferro do mundo, porém de um ponto de vista econômico. “O Conselho decidiu criar uma comissão com essa finalidade.” Christer Nordlund; Björn Sundquist. *Geologi och ära. En studie av den 11: e internationella geologkongressen i Stockholm 1910*, (2004), 287, 288. Disponível em <http://www.episodes.co.in/www/backissues/274/284-292%20IGC.pdf>. Acessado em 22/6/2012. A *Revista da Escola de Minas de Ouro Preto*, 63, 2 (jul.-set. de 2010), 473-479, republicou o trabalho de Orville A. Derby, em comemoração aos 100 anos de existência da escola.

¹⁶ Segundo Georg Fischer, todos os estudiosos do assunto “consideram o 11º Congresso Geológico Internacional de Estocolmo o momento inicial desse choque entre o capital estrangeiro e um nacionalismo econômico brasileiro em formação.” Georg Fischer. Minério de ferro, geologia econômica e redes de experts entre Wisconsin e Minas Gerais 1881-1914. *Hist. Cienc. Saude-Manguinbos* [online]. 2014, vol.21, n.1, pp. 247-262, 2. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-S0104-59702014005000003.pdf>. Acessado em 25 de outubro de 2014.

primeiras décadas do século XIX. Primeiro a área sofreu o processo de territorialização conduzido pela província de Minas Gerais, por meio da conquista militar e redução das populações nativas, para depois se tornar zona de fronteira, entendida como liberação das terras para a penetração de frentes de povoamento e colonização. Segundo Rosa (1976), no século XIX, o objetivo das autoridades que conduziram a conquista militar foi atrair comerciantes e fazendeiros às “férteis terras do sertão” e produzir riquezas que devolvessem a Minas a idade do ouro. Se ao sul, nas bacias dos rios Pomba e Muriaé (mesorregião da Zona da Mata), a expansão da cafeicultura realizou o objetivo pretendido, por outro lado, isso não ocorreu com o vale do rio Doce, alvo principal do referido objetivo. Entretanto, segundo Espindola (2009), a província de Minas garantiu sua jurisdição sobre o território, por meio de uma rede de destacamentos policiais, localizados em pontos estratégicos.

O processo de ocupação seguiu lento e caracterizado pelo apossamento de terras devolutas por lavradores pobres e poucos fazendeiros, criadores de gado, porém restrito às terras altas dos afluentes. A Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890, apesar das falhas que podem ser apontadas, é um indicativo do povoamento incipiente. A população dos municípios, cujos territórios abrangiam a zona florestal, formada pelas bacias dos rios Doce, São Mateus e Mucuri totalizava 147.727 habitantes, correspondendo a 4,6% da população de Minas Gerais (3.184.099 hab.). Esse número incluía os habitantes das áreas de povoamento antigo de Minas Gerais, formadas pelos municípios de Itabira, Guanhães, Peçanha, e Ponte Nova. Assim, é preciso diferenciar as zonas de povoamento antigo das áreas florestais ainda despovoadas. Esse é o caso do distrito de Figueira (Governador Valadares), que ocupava a maior extensão do município de Peçanha e, praticamente, correspondia a quase toda a sua zona florestal: a população era de 1.045 habitantes para um total de 33.830 habitantes. Os municípios que foram criados no século XIX, dentro da zona florestal, tinham uma população maior, mas ainda sem expressão: Filadélfia (Teófilo Otoni), com 9.952 habitantes, abrangia a bacia do rio Mucuri; Manhuaçu, com 19.075, e Caratinga, com 12.297 habitantes, abrangiam a porção meridional da bacia do rio Doce. Pela sinopse do recenseamento de 1900, segundo Espindola (2010), a situação não modificou, com a população atingindo 4,8% do total do estado.

A abertura do vale do rio Doce à frente de expansão demográfica e/ou à frente pioneira se liga à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Iniciada em 1903, a partir do porto de Vitória, a ferrovia penetrou a selva, em direção ao rio Doce, aonde chegou em 1906, impulsionando o núcleo urbano de Colatina, que recebia a frente pioneira do café, proveniente da região serrana do Espírito Santo, com forte presença de imigrantes italianos e alemães. A via férrea seguiu pela margem direita do rio Doce, passando para a margem esquerda, entre Derribadinha e Figueira (Governador

Valadares), em 1910. No livro de memória de Raymundo Fonseca (1986), contemporâneo da inauguração da estação ferroviária de Figueira, a ferrovia fez surgir duas correntes de povoamento: uma das áreas de colonização antiga de Minas, principalmente de Guanhães e Peçanha, dos municípios de Manhuaçu e Caratinga, da Zona da Mata mineira e do Espírito Santo; outra de “sertanejos” do norte. “Era uma correria! Brotava gente de todo lado”. Segundo Siman (1988), em Figueira cresceu o fluxo de tropas de carga, vindas de lugares próximos e distantes. É para a vila de Figueira que se “dirigem levas de posseiros, de retirantes, de trabalhadores do campo”.

A EFVM foi uma típica “ferrovia de penetração”, ou seja, foi construída numa zona de povoação rarefeita, na expectativa de induzir a ocupação demográfica e mercantil, além de atender os interesses político-estratégicos da União e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Como indica Rosa (1976), em sua dissertação sobre a EFVM, à medida que a ferrovia avançava no interior da floresta ocorria o progressivo adensamento demográfico e mercantil. As principais fontes de receita, nos primeiros tempos, foram o café e a madeira, com a ferrovia respondendo, em 1910, por mais de 94% do café exportado pelo porto de Vitória; e pelo crescimento da exportação de madeira em quase 13 vezes, se comparado a 1903, antes da ferrovia. O crescimento de 1912, comparado ao ano anterior, para o número de passageiro foi de 38,9% na primeira classe e 44% na a segunda classe; para bagagens e encomendas foi de 27,6%; para animais 43,4%; e para mercadorias em geral 16%.

O Censo de 1920 reflete as mudanças ocorridas nas duas primeiras décadas do século, ao indicar um significativo adensamento demográfico em toda zona florestal pertencente às bacias dos rios Doce e Mucuri. Em relação a 1900, o crescimento da população foi de 467%, passando dos 4,8% do total da população do estado de Minas para 13,87%. O povoamento do vale do rio Doce se intensificou a partir da penetração de diversas frentes de migração interna, provenientes de todos os pontos cardeais e colaterais: áreas de povoamento antigo das Minas Gerais (Serro/Guanhães/Peçanha; Caeté/Antônio Dias/Itabira; Mariana/Ponte Nova), da Zona da Mata Mineira e norte do Rio de Janeiro; do Espírito Santo; e do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Bahia. As circunstâncias históricas que envolveram o processo de povoamento se fazem presentes nos dois romances que serão analisados em seguida.

Graça Aranha (1904) é um romance muito conhecido, pois costuma ser incluído nos recentes exames de vestibular ou de conclusão do ensino médio (ENEM). O autor é representativo do que se denomina, para alguns críticos equivocadamente, de pré-modernismo. Ele participou ativamente da Semana de Arte Moderna, em 1922. Na história da literatura brasileira, o romance teria inaugurado o naturalismo no país, propondo uma renovação formal, no qual os personagens expressam diferentes

concepções de mundo e atitudes perante as situações vividas. Canaã também renova as temáticas, introduzindo o regionalismo, a realidade nacional e situação histórica contemporânea a escrita da obra. A trama vivida por imigrantes alemães nas matas do rio Doce é tecida em longas descrições no estilo realista, no qual a natureza aparece como cenário e se pode sentir a paisagem que envolve os personagens.

O romance conta a história de Milkau e Lentz, imigrantes alemães da região serrana do Espírito Santo, precisamente de Santa Leopoldina, cuja colônia iniciou em 1857. Eles decidem deixar a colônia e descer em direção às matas do rio Doce:

E os dois caminhavam afastando-se do Porto do Cachoeiro [Santa Leopoldina] na direção de Santa Teresa [colônia de imigrantes italianos]. A princípio a estrada cortava por cima de pequenos morros descobertos, onde, numa paisagem acidentada e limpa, passeavam errantes as sombras das nuvens; daí a momentos ela morria na boca da mata. Milkau e Lentz, ao penetrarem na escuridão repentina e fria, sentiram pelos olhos o véu de uma ligeira vertigem. Pouco a pouco eles se recomparam, e então admiraram. (Graça Aranha 1904)

Da admiração surge uma descrição da paisagem por meio de busca as imagens que reproduzam o impacto provocado pela floresta, ao se deixar os terrenos limpos, no qual se podia passear errante.

A floresta tropical é o esplendor da força na desordem. Árvores de todos os tamanhos e de todas as feições; árvores que se alteiam, umas eretas, procurando emparelhar-se com as iguais e desenhar a linha de uma ordem ideal, quando outras lhes saem ao encontro, interrompendo a simetria, entre elas se curvam e derream até ao chão a farta e sombria coma. (Graça Aranha 1904)

O romance se refere à frente pioneira do café, que chegou às terras devolutas do rio Doce, em 1894, no atual município de Colatina, Espírito Santo. Sua origem são os núcleos iniciais da imigração italiana (Santa Teresa) e alemã (Santa Leopoldina e Santa Isabel), que desceram, em paralelo, da serra para a calha do rio Doce, pela bacia do rio Santa Maria, dando origem ao núcleo urbano de Colatina. No romance de Graça Aranha, as terras do rio Doce, para onde se dirigiram os imigrantes alemães, é retratada como a terra prometida, daí o nome *Canaã*.

Havia fumo em todas as chaminés, mulheres em suas ocupações domésticas, animais e crianças debaixo das árvores, homens metidos na sombra fresca dos cafezais que rodeavam as habitações. E os dois integrantes, no silêncio dos caminhos, unidos enfim n'uma mesma comunhão de esperança e admiração, e puseram-se a louvar a Terra de Canaã. (Graça Aranha 1904)

A ideia da fronteira como terra prometida ocupou o imaginário ocidental e foi largamente estudado pelas ciências sociais, desde o ensaio de Frederick Jackson Turner (1861-1932), publicado em 1893: *The Significance of the Frontier in American History*. Em seu romance Graça Aranha não utiliza o termo fronteira nem pioneiro, porém sua imagem da “terra de Canaã” para as florestas do rio Doce se

refere ao ideal da “terra livre”. O personagem Lentz, fascinado pelas terras do rio Doce, não se contém: “por um pouco ficávamos por esses caminhos, ajoelhados, adorando esta sua bela terra”. O agrimensor, encarregado da medição do terreno, confirma a impressão de Lentz: “Não há dúvida, isto é mesmo um paraíso”. A floresta, estranha aos olhos e sentimentos do imigrante, faz com que se lembre da distante e diferente terra natal. O recurso a antítese permitia colocar a natureza entre paraíso e opressão, mas essa oposição reflete na verdade o contraste entre a saudade da terra natal e o horizonte incerto no destino desconhecido. Naquela “terra alheia; os montes o apertaram, os desfiladeiros o sufocavam de terror, e então uma saudade o transportava para a longa planície onde vivera”, para “sua vida passada no lugar do nascimento”. No lugar de juízos racionais sobre a floresta ou de abusar de adjetivos para descrevê-la, a narrativa é feita de imagens e sentimentos que tomam conta do personagem. Lentz vagava pela margem deserta do rio Doce, e o seu espírito, atormentado pela solidão, retraía-se, comprimido diante da serenidade e silêncio desesperador da terra. Ele caminha errante, embebedos ficavam seus olhos diante da natureza, da beleza implacável do silêncio. Ele amaldiçoava a impassibilidade do universo, que não estremecia nem se agitava fecundo aos seus pés sobre-humanos.

A “opulenta terra de Canaã”, com suas florestas e seus grandes e belos cafezais de viçosas negruras, não constitui o centro da trama, mas o objeto de discursos e, ao mesmo tempo, o cenário para um drama universal: a sedução de Maria pelo patrão; o filho que é concebido na mata, às margens do cafezal, mas é devorado por porcos; a prisão e sofrimento de Maria, acusada de assassinato; o desespero do apaixonado Milkau, até conseguir resgatá-la; a fuga para Canaã; a ansiedade pela terra da promessa. “A agonia de Milkau se desmanchava... Corriam, corriam... Atraz de si, ouvia ela a voz de Milkau, vibrando como a modulação de um hino... – Adiante... Adiante... Não pares... Eu vejo. Canaã! Canaã!”.

O outro romance é *Fome em Canaã*, de Agripa Vasconcelos, publicado em 1966. Diferente de *Canaã*, na obra de Vasconcelos a terra do rio Doce é a personagem central que envolve todas as outras e destrói seus sonhos, compondo a contradição sintetizada no título *Fome em Canaã*. O escritor mineiro concluiu o curso de Medicina, em 1920, e exerceu a profissão em Sete Lagoas, Governador Valadares, Ibiá, Caratinga, Patos de Minas e Belo Horizonte, antes de ingressar no Banco do Brasil, em 1950. Ele publicou uma série de seis romances, como parte da coleção “Sagas do País das Gerais”. Segundo Pinheiro (2011), para cada obra o autor identifica o que ele chama de ciclo, sendo “Fome em Canaã” o romance do ciclo do latifúndio. Dois de seus livros foram adaptados para novela: “A vida em flor de Dona Beja” (Dona Beja), estrelada por Maitê Proença (1986); e “Chica-Que-Manda” (Xica da Silva), estrelada por Taís Araujo (2005). Conciliando história e ficção histórica, biografia e ficção biográfica,

Fome em Canaã contém situações e personagens que sugerem que o autor se apoiou no conhecimento pessoal, adquirido no tempo em que trabalhou em Governador Valadares (Figueira).

Fome em Canaã conta a saga de Vicente, um grande latifundiário do Norte de Minas, que se vê obrigado a deixar sua terra para proteger o filho, envolvido em um problema passional. Vicente decide migrar para a região da “Mata”, no vale do rio Doce. Ele manda seu irmão à terra desconhecida, para colher o máximo de informações e identificar uma fazenda que esteja à venda: “Você levará carta para o Milwars, meu colega de Faculdade, hoje madeireiro em Baguari”. A trama simples é tecida pelos múltiplos dramas que compõem o mundo vivido, no qual o ambiente atua como protagonista que oprime e governa os dias, com suas doenças, tensões, violências e morte. O meio social ainda em formação, não oferecia coesão e ordem social que moldassem os diferentes grupos e indivíduos que habitavam a “Mata”. A história, depois que a família de Vicente chega a Figueira, abrange o período entre 1927 e 1929. A paisagem construída por Vasconcelos compõe o ambiente característico do que se denomina fronteira.

Julião, irmão de Vicente, junto com Calango, encarregados da missão, deixam o Norte de Minas em direção à Mata do rio Doce, aonde podiam chegar de trem de ferro até o distrito de São José da Lagoa (atual cidade de Nova Era), a cerca de 140 quilômetros a leste de Belo Horizonte. O objetivo era alcançar Figueira (Governador Valadares), porém primeiro tinham que tomar o trem de ferro na estação de Cachoeira Escura, ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM. De São José da Lagoa até a cidade de Antônio Dias¹⁷, descia-se em montaria por caminhos margeando o rio Piracicaba, afluente do rio Doce. Daí para o leste o trajeto seguia no interior da mata, pelas margens do Piracicaba até a barra do rio Doce, prosseguindo com grande dificuldade até a estação ferroviária que fica às margens do rio Doce, logo abaixo da cachoeira que lhe dá o nome. Ao chegar à estação da EFVM, cuja obra avançava do litoral para interior, Julião e Calango sabiam que primeiro teriam que parar na estação de Baguari, antes de prosseguir para Figueira, pois levavam a carta solicitando a ajuda de Milwars. As estações de Cachoeira Escura e de Figueira ofereceram o elemento para o primeiro discurso de contraste entre o Norte de Minas e a Mata do rio Doce. A atenção dos dois viajantes se concentra no tamanho das toras de madeira, muito diferente dos paus que as árvores do cerrado oferecem.

¹⁷ O antigo arraial de Antônio Dias Abaixo, fundado pelo bandeirante do mesmo nome, em 1706, foi emancipado como cidade, em 1925, com o nome de Antônio Dias. Em 1927 foi inaugurada a estação ferroviária da EFVM. Em 1932 a EFVM chegou ao distrito de São José da Lagoa (Nova Era), estabelecendo a ligação com o ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

Haruf Salmen Espindola

Na estação de Escura uma prancha estava carregando toras. Duas lotavam a prancha, mas a admiração dos viajantes foi maior quando em Baguari viram passar, para a Vitória, uma prancha lotada, no porto, por uma só peça de jequitibá. As pranchas não comportavam, em largura, alguns madeiros que vieram nos arrastões, até a linha férrea (sic). Os proprietários então mandavam fazer cinco, seis furos com trados grandes ao comprido e no meio do pau, enchendo-as com bananas de dinamite que, ao rebentarem, abriam uma peça em duas. (...) Havia na estação de Figueira muitas toras jogadas no pátio e pelos arredores, imprestáveis para comércio, por não caberem nas pranchas de estrada de ferro, pois abri-las de meio a meio, a metralha, dava trabalho... (Vasconcelos 1966)

Segundo Vasconcelos (1966), mais do que assombro diante da grossura das toras, o que está em jogo na narrativa é a qualidade das terras e, principalmente, o sinal de que estavam numa terra de oportunidades abertas. Calango se espanta porque os “madeirões” do Norte de Minas são “frágeis gravetos”, perto de árvores gigantescas, como o jequitibá que viram na fazenda “do velho Serra, patriarca do lugar”. Milwars e Serra deveriam ajudá-los na escolha da terra a ser comprada por Vicente. São dois exemplos de utilização de contextos históricos e pessoas reais para criar os elementos de ficção. Milwars refere-se, provavelmente, ao farmacêutico Octávio Soares Ferreira da Cunha, cujo pai possuía fazenda em Baguari. O personagem Serra nos remete a José Serra Lima, que nasceu em Figueira, em 1874, filho do cabo Máximo que comandava o destacamento policial que ficava junto ao aldeamento indígena de Imaculada Conceição. Em suas andanças à procura de terras para serem compradas, Julião e Calango se vêem numa paisagem tão diferente “que eles pensaram achar-se em país alheio”. Serra oferece uma descrição típica de situações de fronteira: “Esta terra para nós é nova. Quando vim para aqui, só havia ranchos de aventureiros e malocas de botocudos. (...) Sair de noite aqui era morte bastante provável”. De volta a Figueira, no hotel em que estavam hospedados, ouvem da boca de um advogado outra descrição que remetem a ideia de fronteira: “Isto aqui é terra de aventureiros. Não tem poetas, porque o homem vive de olhos aguçados, vigilante, frente aos múltiplos perigos que dão à vida um travor pavoroso”.

Depois de visitar as “terras tomadas ao gentio”, que ficavam ao norte de Figueira, entre os rios Doce e Mucuri, passando pelo povoado de Santa Helena, se dão por satisfeitos. Na carta que Julião escreveu para Vicente, manifestou o espanto com a “grandeza de tudo isso aqui”, uma paisagem tão diferente. O contraste entre o Norte de Minas e a Mata do rio Doce aparece na sugestão da compra de uma fazenda de 700 alqueires, pois essa equivaleria aos “três mil do nosso trabalhoso latifúndio”. O ato de comprar a fazenda (propriedade) no lugar de abrir uma posse, como fez Serra, associado às informações sobre a localização e a presença de matas, sinalizavam que a fronteira estava se abrindo à frente pioneira, ou seja, ao domínio do mercado e da contratualidade das relações sociais. A localização e as matas, “sinal de terra boa”, eram elementos que determinavam o valor da terra. Seguindo a leitura de Vasconcelos (1966) propriedade estava “unida na Vitória a Minas” (EFVM) e “à vista da estrada de

Jampruca, futura rodovia para Teófilo Otoni”. Depois de contar que percorreram caminhos “entre matas, matas, matas”, conclui de forma hiperbólica: “Temos tido notícias de mais riquezas do que de pé-de-moleque”. A casa da fazenda era feita de braúna, “madeira que desconhecemos no S. Francisco” e que era capaz de “durar séculos e séculos”. Julião não deixa de se repetir: “Estou intrigado com a grandeza de tudo isso aqui”.

Primeiro Julião oferece informações objetivas sobre a região e a propriedade que estava a venda, pertencente a um viúvo baiano que acabara de perder a única filha e, por desgosto, iria “voltar para sua terra”. Em seguida ele descreve uma paisagem dualista, composta pelas forças do bem e do mal, pela riqueza e pobreza e pela vida e a morte, cujos elementos opostos estão em luta permanente. Essa dualidade de elementos envolve tanto a natureza como a sociedade. Diferente de Graça Aranha (1904), em Vasconcelos (1966), a região se torna personagem central na narrativa. Julião usa uma frase para produzir uma inflexão no seu discurso, com objetivo de mudar o centro da narrativa para a região: “Todo o vale do rio Doce é uma vasta fogueira, queimam tudo, arrasam tudo”. Depois dessa imagem dramática, ele prossegue: “Os barranqueiros daqui chama essa região - terra de ururau. Ururau é o jacaré de papo-amarelo do rio Doce e terra de ururau é a designação popular de terra inculta, solo virgem, civilização incipiente”. Emerge, então, a imagem dualista da fronteira, pois a terra da fatura é também terra de ururau, lugar para ser temido, da mesma forma que o bicho¹⁸.

A imagem é construída com elementos hiperbólicos e antíteses: de um lado a beleza, esperança e vida; do outro, a feiura, tristeza e morte. A paisagem encanta a visão e a audição, por suas orquídeas e palmeiras; pelos gemidos dos mutuns; pelas fascinantes gemas de berilo; pela floresta primitiva, que exala perfume e onde se ouve “o urro dos canguçus” (onça pintada); uma “terra botocuda de ontem”, uma “terra da fatura” de hoje. Julião conclui essa imagem idílica com o exagero ufanista: “rincão para enriquecer e envelhecer”. Entretanto, essa também é terra de ururau: da febre e da tocaia; da necessidade de lutar contra “o clima e as heranças sociais do índio”. Tudo na terra é bárbaro, “de obscuras tragédias nas matas” e da “saga triste dos canoeiros”. Uma terra “sem caminhos”, pois os que existem são apenas “sulcos de arrastões das grandes toras” ou os trilhos da estrada de ferro. Nas “abertas da mata” (comunidades de posseiros) a “criança treme, verde de olhos abertos, com as visões da febre”. É a malária que “esverdeia o sangue dos adolescentes sem alegria”.

¹⁸ O personagem informa ser o ururau o jacaré de papo-amarelo do rio Doce, mas na cultura popular se refere a um jacaré de papo-amarelo de tamanho descomunal, que não podia ser morto. Segundo a lenda, o pai jogou o pretendente da filha no rio Paraíba do Sul, porém o rapaz se transformou no jacaré gigantesco. O ururau aparece em Macunaíma de Mario de Andrade (monstro Ururau que não morre com tumbó nem pau); também se encontra no romance “O coronel e o lobisomem”, de José Cândido de Carvalho.

Para Julião é tanta coisa que ele se sente “doido”, mas no final o lado otimista vence: “O coração do velho está refloreando, ao tocar a terra das pedras coradas”. A partir da fixação de residência pela família de Vicente na fazenda das Perobas, a uma légua de Figueira, a narrativa se fundamenta nos diálogos entre *outsiders* e estabelecidos (no sentido dado por Norbert Elias), entremeados pelas falas do narrador. A narrativa compõe uma paisagem dualista do vale do rio Doce, entre 1927 e 1929, como se lê no primeiro diálogo, envolvendo Rita, esposa de Juju (filho de Vicente) e um homem “velho”, que apareceu na fazenda das Perobas. Ela pergunta sobre os bichos que tem no lugar. Ele responde que, além da onça pintada e do jacaré, tem “a Mãe-da-Febre, a Mãe-do-Sarampo, terror do índio, a Mãe-do-Feitiço, a Mãe-do-Perigo, a Mãe-do-Pé-de-Pau, a Mãe-do-Guariba, a Mãe-do-Gemido, a Mãe-da-Ferida, e por fim, a Mãe-do-Calafrio”. Segundo Vasconcelos (1966), o velho explica que na terra havia quatro pragas: “maleita, ferida brava, amarelão e mulher feia”, ou seja, a malária, leishmaniose e ancilostomíase, respectivamente.

O engenheiro Dr. Schiller ocupa um lugar central na narrativa, pois representa a autoconsciência obtida pela observação racional e pela sua condição de alemão. Ele é outro exemplo da utilização de contexto histórico e pessoa real na trama fictícia. A composição do personagem está ligada diretamente à pessoa de Guilherme Giesbrecht, que chefou as obras de abertura da estrada de rodagem entre Figueira (Governador Valadares) e Teófilo Otoni: alemão, engenheiro, responsável pela locação da futura rodovia, terno branco, relógio de bolso, de cavanhaque e ideias críticas¹⁹. Vasconcelos, provavelmente, conviveu com Giesbrecht ou conheceu o extenso “Relatório dos serviços executados na estrada de rodagem de Figueira-Itambacury, durante o ano de 1936”, no qual ele expõe sua avaliação do estado social e ambiental da região²⁰.

Dr. Schiller apareceu na fazenda das Perobas, em busca de abrigo, numa noite de temporal. Nas suas palavras, segundo Vasconcelos (1966): “Dizem que sou o maior conhecedor deste vale, senhora, porque observo estudando, tomo nota de tudo, tenho um arquivo”. No seu primeiro discurso, quando é perguntado sobre as águas do rio, afirma ser o rio um “segundo Nilo, em fecundidade”, com o vale formado por camada de húmus “de mais de metro”, porém o “rio tem se arrasado muito”. Isso

¹⁹ O engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht chegou ao Brasil, em 1888, contratado para trabalhar na construção de estradas de ferro. Em 1923 e 1924 foi responsável pelo prolongamento da linha da Estrada de Ferro Bahia – Minas, que ligou Teófilo Otoni ao porto marítimo de Caravelas, no sul da Bahia. Em 1931 ele se tornou servidor da Secretaria de Viação de Minas Gerais; em 1934 iniciou a abertura da primeira rodovia do vale do rio Doce, que ligou a vila de Figueira a cidade de Teófilo Otoni.

²⁰ O relatório foi citado, em diversos trechos, por, Lana Mara de Castro Siman, *A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, UFMG 1988. O relatório foi doado pela família ao Museu da Cidade de Governador Valadares, conforme documento da Fundação Serviço de Educação e Cultura (FUNSEC), da Prefeitura de Governador Valadares, porém encontra-se extraviado, conforme informação do administrador do museu.

porque “estão devassando as matas, de modo que as chuvas vão lavando o húmus para os cursos d’água; incorre que daqui a uns anos será tudo pouco fértil”. A paisagem dualista é reforçada em cada fala dos estabelecidos, em respostas as perguntas dos *outsiders*. “Futuramente isto aqui não valerá nada! Vão fazer de um paraíso do futuro, desta nova Califórnia, um deserto de areias áridas”. Para o Dr. Schiller, o futuro não é promissor, já que não adianta pôr sal depois que a carne estiver podre. “Botam fogo na terra, fazem a chuva levar o húmus... e já falam em adubos!”. Julião quer saber sobre os crimes e tocaias. “O toqueiro é uma criatura à parte no mundo. É tão mau que até a desgraça corre dele...” O crime de tocaia é forma de se ministrar “os santos-óleos da vingança”. Quando perguntado sobre as doenças, Dr. Schiller começa pela ferida brava (*leishmaniose tegumentar*), que é um “problema severo para a Medicina”. Ele explica que as “chagas de dia não doem, mas à boca da noite por esses barrancos abaixo, gritam nas cafuas, gritam desesperadamente”.

O discurso segue, pintando um quadro nosológico sombrio, que se teria iniciado com a presença da “civilização”. No passado, os botocudos eram sadios e desconheciam as “doenças que a catequese trouxe para eles”, tais como o sarampo, o “seu maior perigo”, as doenças venéreas, gripe, tuberculose. “Quanto à sanidade de hoje”, a população não tem meios para cuidar da saúde. No final, contrapondo-se à narrativa sombria e trágica, de “um mundo ainda pouco útil para nossa civilização”, o autor faz o Dr. Schiller encerrar seu discurso com uma visão cornucopiana, ou seja, com um exagero inverso: o vale do rio Doce será “um dia, a terra mais invejada por outros povos”, pois a terra é “a maior reserva de essências da nação”, mais que o Amazonas e Mato Grosso. Veremos, mais à frente, que essa visão cornucopiana retratada no romance está presente no discurso de diferentes atores reais e nos textos que escrevem sobre o vale do rio Doce, até os anos de 1960.

Juju e Julião foram olhar uma grande mata de cedros, acompanhados de Antão Domingues e Neca, fazendeiro da Ilha Brava, que fica no meio do caminho entre Baguari e Figueira. A certa altura da estrada ouviram cantos altos. Neca gritou: “Corre! Macutenas!”. Eles jogaram os cavalos pelo mato adentro e se esconderam em silêncio, com os olhos “esbugalhados do terrível imprevisto”. Na estrada viram “umas trezentas pessoas, homens, mulheres e crianças”, todos leprosos, que seguiam “para as terras devolutas do estado e região quase sem habitantes, onde pudessem viver sem vexame”. Juju e Julião escutam a seguinte explicação: “Essas migrações trágicas de macutenas se dão às vezes, depois que se concentram, combinados, em certos lugares do vale do Rio Doce”. Esse episódio, segundo Genovez e Pereira (2014) chama a atenção se considerarmos que a região de Governador Valadares apresentava, na década de 1980, uma situação de alta incidência de hanseníase no estado de Minas Gerais.

O quadro sanitário que aparece na narrativa era dominante até a década de 1940, conforme as memórias de antigos moradores e os estudos acadêmicos recentes. Para Espindola (1998) em depoimento de Hermírio Gomes da Silva, o saneamento do vale do rio Doce, iniciado em 1942 pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), possibilitou combater a leishmaniose, a malária, o “diabo”. Antonio Tavares de Paula, em sua História de Aimorés, fala em diversas doenças, tais como “verminose de toda espécie, tuberculose, febre tifóide, sarampo, leishmaniose; [...] o saneamento era o maior problema”. Conforme afirmam Genovez e Vilarino (2014) – Espindola (1998), o perfil sanitário era adverso, com uma alta incidência de diferentes doenças atingindo a população dos povoados rurais e dos mais prósperos núcleos urbanos. Esse quadro nosológico é particularmente significativo se considerarmos que ainda está presente na década 1980. Segundo Espindola (1998) no documento do Governo de Minas Gerais (1989), uma série de doenças endêmicas atingia a região do rio Doce, sendo as mais graves: *esquistossomose* (toda a região, em algumas localidades com índices superiores a 70% de contaminação), *hanseníase* (em vastas áreas) e *leishmaniose tegumentar* (concentra-se nas microrregiões da Mata de Caratinga e Bacia do Manhuaçu). Ou seja, exceto a malária, alvo principal do SESP, e alguns tipos de verminoses, nenhuma outra doença mencionada na narrativa do Vasconcelos foi erradicada.

O dualismo está presente no próprio título do romance, segundo Vasconcelos (1966) pois a terra de Canaã é também da fome, da tocaia, dos “milhões de trilhões” de mosquitos, da malária, da ferida brava, do amarelão, da tuberculose, do sarampo e dos macutenas. Todavia, essa terra de doenças e tocaia também é a terra da promessa, exceto para Calango, que se sentia estrangeiro em qualquer lugar do país que não fosse o São Francisco. Todos foram à estação despedir de Calango, que voltou para o Norte de Minas. Na vila de Figueira, viram “homens vestidos só de calças e mulheres de saia e camisas grosseiras, com os seios murchos aparecendo”. Dr. Schiller se apressa em dar as explicações: “botocudos, índios do norte, de Crenaque, de Santa Helena, gente que às vezes aparece aqui, por fome”. Apontando os índios para Vicente, prossegue, criando uma imagem que sintetiza o processo de territorialização e abertura da fronteira: “Estão morrendo de fome”. A situação dos índios era efeito da catequese: “Quiseram-lhes as almas. Não tiveram senão as de alguns. Quiseram-lhes as terras – conseguiram”.

A trama tecida por Vasconcelos (1966), ao se aproximando do final, tende a focar na dimensão humana, porém o espaço não é reduzido a um cenário para os acontecimentos. O contraste entre a primeira parte do romance, passada no Norte de Minas, e a metade seguinte está no fato da região ser alçada a condição de personagem. Os diálogos e as intervenções do narrador são os recursos utilizados para criar uma paisagem por meio de antíteses, que compõem junto com o drama humano, a

oposição entre a beleza e feiura; vida e morte; esperança e tristeza. A paisagem que emerge da narrativa é composta por elementos associados à imagem da fronteira: terra inculta, solo virgem, civilização incipiente. Nessa terra todas as possibilidades de futuro estão abertas, porém os seres humanos devem enfrentar a violência, a doença e a morte. Faltando 25 páginas para o final, Vasconcelos introduz o personagem Camilo, um velho conhecido de Vicente. Ao explicar quem é Camilo, o autor oferece outro elemento indicativo da mudança pela qual a fronteira estava passando, com a entrada da frente pioneira e, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra assalariada: “Hoje, arrebanhava gente do Norte de Minas para alugá-las aos madeireiros da mata, puro cativo. Ele pagava à sua gente, recebendo o dobro dos contratantes...”

A situação explorada por Vasconcelos no romance guarda relação com as circunstâncias históricas, conforme indicado no trabalho de Martins Filho (2009). A disponibilidade de terras devolutas na zona do rio Doce permitia à população pobre apossar dessas terras no lugar de se empregar em troca de um salário. Como o acesso a terra ainda era relativamente livre, não havia disponibilidade de trabalhadores assalariados. A presença de Camilo, que agenciava trabalhadores do Norte de Minas para o rio Doce, introduz uma questão pouco conhecida: como os grandes empreendimentos conseguiam mão de obra, tais como construção da EFVM, abertura de rodovia e implantação das usinas siderúrgicas. No romance Camilo lucra com “esse comércio, terrível negócio que correspondia ao aluguel de escravos do tempo de seu avô e bisavô”.

Na mensagem do presidente do estado de Minas Gerais, Bernardes (1920), dirigida ao Congresso Mineiro, de 15 de junho de 1920, se constata a intensidade do movimento de ocupação das terras devolutas.

Em muitas zonas do Estado, principalmente nas bacias dos rios Doce e Mucuri, em que são enormes as áreas de terras devolutas, estão elas invadidas, em parte, por intrusos, que, vindos de municípios e Estados vizinhos, se vão localizando nos terrenos do Estado, abrindo clareiras nas matas e formando mesmo sítios e fazendas. (Bernardes 1920)

Os posseiros, que Bernardes (1920) chama de invasores, se estabeleciam nas vertentes drenadas por curso d'água de pequena extensão, onde faziam suas “abertas” ou “derrubadas” (clareiras na mata). O local escolhido dava origem a uma unidade socioespacial denominada de córrego, ou seja, um lugar formado por sítios pertencentes aos membros de uma comunidade rural. A unidade socioespacial no lugar de uma comunidade rural podia ser uma fazenda, quando fosse domínio de um indivíduo e, nesse caso, os que não fossem da família eram empregados ou agregados. Os nomes dos lugares são indicativos da percepção daqueles que primeiro chegaram às terras do rio Doce: Córrego da Promissão, Jerusalém, Canaã, dos Prazeres, da Alegria, do Bom Jardim, do Desidério, entre outros.

A imagem de terra prometida, expressa nos nomes das comunidades rurais, não correspondia ao ideal dos “homens de cultura e ciência”, como Gorceix (1952), nem ao que era projetado pela elite mineira. Para Bernardes (1920), na sua *mensagem ao Congresso Mineiro*, os posseiros são “verdadeiros devastadores das matas” e destruidores da riqueza do estado: “todo o ano procedem a novas derrubadas, em que, sem o menor cuidado, ateam fogo, que se propaga nas florestas; aí efetuam uma pequena plantação de cereais e, após a colheita, abandonam esse lugar”. A elite mineira enxergava nas matas uma reserva de recursos necessários ao crescimento econômico de Minas. Vasconcelos reproduz essa ideia na fala do Dr. Schiller, ao criticar as denominadas “técnicas rudimentares” utilizadas pelos posseiros: “Para derribar uma peroba, abrem um buraco no tronco, botam uma mecha com petróleo e acendem. Daí a dois dias a árvore, às vezes de centenas de anos, talvez milenária – tomba”. Segundo Vasconcelos (1966), o imediatismo e as técnicas elementares levam à destruição de riquezas. “O fogo pega no chão, como se fosse em esterco de curral. Pega e destrói alqueires de mata e do próprio chão! Acabaram com os botocudos valentes, ciosos de sua autonomia; hoje arrasam a terra”.

A trama do romance chega ao final com Juju, filho de Vicente, sendo vítima de tocaia quando chegava à fazenda das Perobas. Depois do sepultamento na vila de Figueira, alguns amigos acompanharam a família de volta à fazenda, onde ocorre o diálogo final. Entre eles estava o Dr. Schiller que, depois de lamentar a morte de Juju, fala com resignação: “Neste vale não adianta andar armado, as tocaias... Eu, pelo menos, nunca pus uma arma na cintura nas minhas viagens por aí, não adianta”. Segue uma longa fala do Dr. Schiller, na qual ele lamenta as mudanças provocadas pelo poder e o dinheiro. A polifonia de Vasconcelos se insere no diálogo entre as personagens, trazendo à superfície diversos elementos presentes nas circunstâncias históricas que marcaram a predominância da frente pioneira e o descenso da frente de expansão demográfica, entre as décadas de 1920 e 1960. Dr. Schiller, como uma espécie de autoconsciência crítica da região, revela em suas antíteses o fechamento da fronteira para o posseiro pobre: Essas terras que estavam nas mãos de “gente humilde que vencida a febre”, foram cobiçadas e tomadas por gente poderosa.

O uso da hipérbole acompanha as referências ao vale do rio Doce, alternando os exageros positivos e negativos. Na sua fala final, Dr. Schiller começa classificando as terras com “as melhores do mundo, mais férteis que as terras amarelas da China e melhores que as do vale do Nilo no Egito”. Em seguida ao tom discursivo, a fala do Dr. Schiller se torna uma narrativa dramática sobre a violência para tomar as terras dos posseiros pobres. Ele descreve o estratagema utilizado pelos poderosos, um plano que não teria similar no mundo “nem na conquista das terras do Oeste dos Estados Unidos”. O plano se refere a uma frase que se escuta ainda de pessoas do vale do rio Doce, particularmente das regiões de

Governador Valadares e de Urupuca: se o dono não vendia, a viúva acabava vendendo. Dr. Schiller conta que para realizarem o negócio começavam por “mandar matar, em casa já prosperando, os chefes das famílias... Os negociantes então compravam por muquicha as benfeitorias, acabavam tomando as terras e expulsando os posseiros”. Esses negociantes eram “povos cruéis”, protegidos pelo chefe político de Figueira. Dr. Schiller desabafa, pois as reclamações não valiam nada: “os encarregados dos Serviços de Terra não ligavam. A Secretaria da Agricultura não ligava, o Governo do Estado não ligava, ninguém ligava!”. Ele conclui lacônico, dando aos fatos um sentido universal, segundo Vasconcelos (1966): “Foi a lei de Spencer – o fraco dominado pelo forte”.

Diante da fala do Dr. Schiller, Antão Rodrigues indaga sobre as leis, porém o engenheiro responde que o direito pouco vale “no sertão de dentro de nosso Estado”. No diálogo final, Vasconcelos estabelece o sentido da antítese contida no título do romance, contrastando com exagero os seus elementos: de um lado a fartura da terra de *Canaã*, uma “terra maravilhosa de seivas borbulhantes e húmus de incrível fecundidade, na mais rica das terras do universo”; mas de outro lado tem-se a fome. O sentido é amplo e contraditório, pois se é fome de terra, violência e poder, também é fome de justiça, saúde etc. O romance termina com o lamento do padre: “Fome em Canaã”; e a fala de Vicente: “Tem razão, meu Padre, é a fome em Canaã”.

Essa associação da fronteira com a terra prometida, que aparece nos dois romancistas (Graça Aranha e Agripa Vasconcelos), também se encontra em outros textos, tais como *Canaã do Oeste*, escrito em 1947, de Jose de Melo e Silva (1989), referente ao atual Mato Grosso do Sul; e *Chegada em Canaã* (2004), de Amélia Nogueira e Roberto Francisco, referente à cidade de Londrina das décadas de 1930 e 1940. No Brasil é ampla a difusão do topônimo Canaã e correlatos para designar rio, córrego e cidade (Nova Canaã Paulista, SP; Nova Canaã do Norte, MT; São Roque do Canaã, ES; Canaã, MG; Canaã dos Carajás, PA). Os topônimos são encontrados, principalmente, em áreas que foram zonas de fronteira/zonas pioneiras no século XX (oeste de São Paulo, norte e noroeste do Paraná, leste de Minas Gerais, norte do Espírito Santo, Amazônia Legal, entre outros). Conforme indica Martins (1996), a temática da fronteira “é um tema recorrente na literatura brasileira de Ciências Sociais” e na história brasileira. Não trata de uma ideia nova, como pode se constatar para o vale do rio Doce. Para o final do século XVIII existem referências do tipo: “novo Potosí”, “nova Índia Oriental”, “novo Canaã”, entre outras, associando o rio Doce à esperança de se encontrar riquezas que devolvesse às Minas a idade do ouro. Essa associação continuou no século XIX, expressando um desejo de riqueza com forte conteúdo simbólico.

Entretanto, o sentido dado pelo uso do topônimo, referido acima, se estabeleceu para o vale do rio Doce no mesmo período dos demais casos que se encontra no Brasil, ou seja, na primeira metade do século XX. Isso pode ser constatado no depoimento de um antigo morador de um povoado do distrito de Santa Helena (mencionado em *Fome em Canaã* como habitado por índios), município de Governador Valadares. Ele ressalta que chegou no tempo que ainda era mata exuberante (década de 1930), depois de não existirem mais os índios “bugres”. Naquela época existiam muitas madeiras de lei e muitos animais silvestres. No princípio as terras produziam fatura, muita cana, arroz, feijão, café, milho e outros. O primeiro nome do lugar foi Canaã; só depois passou a se chamar São José do Itapinoã²¹. No vale do rio Doce, como mostra Borges (1988), a ideia de terra prometida presente no processo de ocupação da fronteira, também se tornou um componente importante, no sentido simbólico, nos movimentos sociais que lutaram pela terra, num contexto de fechamento da fronteira para a economia camponesa, entre 1955 e 1964.

No romance de Graça Aranha (1904) a fronteira é uma ideia de terra da promessa e cenário para o drama humano vivido pelos personagens. Em Vasconcelos (1966), a fronteira se torna parte integrante da trama, ocupando um lugar central na narrativa. O primeiro romance foi publicado antes da chegada da ferrovia e da efetiva abertura da fronteira do vale do rio Doce. Ainda era incipiente o movimento de deslocamento de imigrantes, principalmente alemães e italianos, da região serrana do Espírito Santo para Colatina, às margens do rio Doce. Mais do que conhecimento, havia um discurso e muitos “mitos” construídos durante o século XIX, inclusive sobre as populações nativas. No caso de Vasconcelos (1966) ele possuía uma visão panorâmica do tempo e do espaço relativo ao vale do rio Doce. Segundo Espindola (2013), entre 1942 e 1964 a região ocupou lugar importante nos assuntos do Estado brasileiro e na pauta da imprensa nacional, particularmente por causa da Companhia Vale do Rio Doce e, depois de 1955, por causa de conflitos pela posse de terra. Segundo Espindola (2011), o livro foi publicado no período pós-fronteira e, principalmente, depois das ações violentas ocorridas no vale do rio Doce, executados pelos agentes da ditadura militar, implantada em 1964, para eliminar os movimentos que lutavam pela reforma agrária. Vasconcelos foi médico em Governador Valadares, provavelmente no final da década de 1920 ou início da década seguinte, logo viveu a experiência da fronteira, particularmente os conflitos que se principiavam com a entrada da frente pioneira. Essa experiência está presente no romance *Fome em Canaã*, ambientado entre 1927-1930, mas nele também se

²¹ O depoimento foi dado para a equipe encarregada do diagnóstico rápido participativo (DRP), no trabalho de campo de coleta de dados para *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares*, em 2002. Governador Valadares. *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Governador Valadares*. (Governador Valadares: Centro Agroecológico Tamanduá; Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Universidade Vale do Rio Doce; Viçosa: Universidade Federal de Viçosa 2002).

encontra uma visão de conjunto, permitindo que ele construa a trama da substituição da frente de expansão demográfica (formada por “gente humilde que vencida a febre”) pela frente pioneira (formada por “gente poderosa”).

GRANDES INVESTIMENTOS DE CAPITAL, FIM DA FRONTEIRA E COLAPSO SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO RIO DOCE

As linhas de força condicionantes da dinâmica territorial do vale do rio Doce, a partir da década de 1930, já estavam presentes duas décadas antes, mesmo que embrionariamente. As forças externas, que atuaram sobre a fronteira, se definiram com mais clareza, a partir de 1910, em função do 11º Congresso Geológico e Mineralógico realizado em Estocolmo. Agentes do grande capital vinculado à indústria siderúrgica das potências capitalistas, particularmente ingleses, norte-americanos, alemães e franceses, passaram a atuar fortemente em Minas Gerais para controlar as reservas de minério de ferro²². Sete anos antes, na recém inaugurada capital Belo Horizonte, reuniu o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, no qual a elite mineira discutiu medidas para promover o crescimento econômico do estado, incluindo o aproveitamento das riquezas minerais para se promover esse crescimento. A mudança da capital para Belo Horizonte, entre outras finalidades, também buscava associar ao centro político do estado um centro econômico²³. O vale do rio Doce era estratégico para o objetivo de criar esse centro econômico.

O progresso econômico de Minas Gerais se tornou uma questão política essencial para a elite estadual, pois se vinculou ao objetivo de manter a posição e influência dos mineiros na esfera nacional. Na luta contra o atraso, em comparação com o Rio de Janeiro e, principalmente, com São Paulo, a natureza passou a ser um trunfo decisivo para o sucesso dos objetivos políticos. No contexto marcado pelo poderio das nações industrializadas, particularmente pelas que dominavam a produção de aço, o território mineiro, localizado a leste da capital, oferecia a combinação dos meios para o progresso econômico: minério de ferro, matas e rios.

Entre os interesses estrangeiros que atuavam em Minas Gerais, se destacaram aqueles representados pelo empresário norte-americano Percival Farquhar. Em 1911 a *Itabira Iron Ore Company Ltd.*, criada por capitalistas ingleses, sucedeu a *Brazilian Hematite Syndicate*, dona das reservas de minério de ferro de Itabira, e assumiu o controle da então inacabada EFVM. Em 1919 Farquhar assumiu a *Itabira Iron*, porém seu projeto de exportar minério de ferro em larga escala sofreu forte oposição dos

²² Georg Fischer. Minério de ferro, geologia econômica e redes de experts entre Wisconsin e Minas Gerais, 10.

²³ A transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, teve o objetivo promover o progresso, ao criar o novo centro econômico. Dulci, *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, 40, 45-46.

mineiros, na longa controvérsia conhecida como “Contrato da Itabira Iron”, que se estendeu até 1942. A questão envolveu o governo brasileiro e o governo estadual, interessados, respectivamente, na construção de uma grande siderúrgica brasileira e em transformar o vale do rio Doce no “*Ruhr brasileiro*”²⁴. A oposição dos mineiros foi liderada por Arthur Bernardes (1875-1955), presidente de Minas Gerais (1918-1922) e, depois, do Brasil (1922-1926). A luta da elite mineira contra o que denominava de “*Sindicato Farquhar*” só chegou ao fim com a nacionalização das reservas de minério de ferro de Itabira e da EFVM, seguindo-se a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942. Segundo Espindola (2013), os mineiros não se deram por satisfeitos, pois queriam a construção da grande siderúrgica no vale do rio Doce. Isso somente ocorreu com a inauguração das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais SA - USIMINAS, fundada em 1956 e inaugurada em 1962.

Segundo Vilariano (2008), com Getúlio Vargas no poder (1930-1945), o controle do subsolo se tornou um componente importante do processo de industrialização. Na década de 1940, com base nas disposições de códigos reguladores (Código de Águas, Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934; Código de Minas, Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940), o governo federal executou a sua política para o setor da mineração. No vale do rio Doce a atividade de mineração (minério de ferro e mica) se instala sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial, colocando a região diretamente sob a influência dos EUA. Para viabilizar os Acordos de Washington, em 1942, garantindo a aliança do Brasil com os EUA e sua participação na guerra, o Reino Unido e os EUA facilitaram a nacionalização e a criação da CVRD. Com os acordos o Reino Unido indenizou os capitalistas ingleses da *Itabira Iron* e os EUA financiaram a reforma da EFVM, para transporte de minério em grande escala, e a construção da grande usina siderúrgica (Volta Redonda, RJ). Como ocorreu para a Amazônia, em função da borracha, os acordos possibilitaram o saneamento do vale do rio Doce e a erradicação da malária, por meio do Projeto Rio Doce (minério de ferro) e Projeto Mica²⁵, executados pela agência federal Serviço Especial

²⁴ O *Vale do Ruhr* é a região mais populosa da Alemanha e a principal zona industrial da Europa. Está situada no centro do estado da Renânia no Norte-Vestfália, ao longo do rio Ruhr. No século XIX, com a Revolução Industrial, essa zona, anteriormente formada de pequenos povoados, transformou-se no centro da poderosa indústria siderúrgica, símbolo do poderio alemão.

²⁵ O Projeto Rio Doce estava ligado ao minério de ferro e à EFVM, cujo objetivo foi o saneamento dos municípios ao longo da linha férrea, até o local das minas. O Projeto Mica estendeu as ações de saneamento para diversos outros municípios, nos quais houvesse ocorrência desse minério. A mica ou malacacheta tinha e tem diversos usos industriais - isolamento térmico, eletrônica e aeronáutica. O fornecimento mundial feito pela Índia foi interrompido pelos submarinos alemães, porém agentes norte-americanos implantaram no vale do rio Doce, tendo como centro Governador Valadares, uma indústria de extração, beneficiamento e exportação de mica. Formou-se uma complexa rede envolvendo proprietários e arrendatários de jazidas, compradores, unidades industriais de beneficiamento com centenas de trabalhadores, centenas de pequenas oficinas e uma indústria doméstica generalizada, utilizando trabalho familiar. Ney Strauch, *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*, 121-122.

de Saúde Pública (SESP), sob a supervisão da agência norte-americana Agency for Inter-American Affairs (IIAA).

As contradições e combinações de interesses estaduais, nacionais e internacionais definiram um processo de territorialização comandado pela lógica do capital e do Estado. Entre as décadas de 1930 e 1960, a nova dinâmica territorial criou as especificidades da frente pioneira no vale do rio Doce, mas sem alterar a tipologia que a caracteriza, conforme indicado por José de Souza Martins. Na impossibilidade de continuar se deslocando para novos terrenos devolutos, visto o caráter insular da zona pioneira, conforme indicou Waibel (1955), indivíduos e famílias camponesas ficavam com as alternativas do êxodo para os centros urbanos, que cresceram aceleradamente na década de 1950, ou de migrarem para novas áreas de fronteira na Amazônia. O que era específico para o vale do rio Doce, em relação aos aspectos comumente associados ao fenômeno da fronteira, na primeira metade do século XX, estava na presença de grandes investimentos de capital no setor da mineração e siderurgia. As reservas de minério de ferro de alto teor de hematita e a ocorrência de concentrações de mica determinaram a dinâmica territorial decorrente de decisões externas à região e conduzidas por agentes adventícios, representando o Governo do Brasil, o Governo de Minas Gerais e os governos e capitalistas estrangeiros. Os investimentos siderúrgicos e na indústria da mica foram acompanhados da construção de uma rede viária regional de grande capilaridade espacial, respectivamente para o abastecimento de carvão vegetal e para ligar as áreas de extração às de beneficiamento.

A rede viária regional, que se vinculava à estrada de ferro, teve seu impacto multiplicado pela infraestrutura rodoviária construída para atender a lógica do mercado nacional, ou seja, ela não foi construída para vale do rio Doce, mas passava por ele. A posição geográfica ocupada pela região influenciou na sua dinâmica interna, ou seja, sua localização no entroncamento dos eixos principais de circulação da economia nacional que se constituíam: São Paulo/Rio de Janeiro – Salvador/Nordeste (sul-norte); Belo Horizonte – Vitória (oeste-leste). A construção da infraestrutura viária, particularmente da rodovia BR-4(BR-116), repercutiu localmente na acelerada implantação da indústria da madeira e no predomínio da pecuária de corte. Assim, a dinâmica territorial que se impõe ao vale do rio Doce, correlatamente, desencadeia a situação caracterizada por Waibel (1955) como zona pioneira vinculada aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O governo mineiro se concentrou em fomentar o setor da siderurgia que, por sua vez, exigiu uma ampla rede de produção de carvão vegetal e lenha. Por isso as grandes companhias siderúrgicas, especialmente as siderúrgicas Belgo-Mineira (atual ArcelorMittal Aços Longos) e Acesita (atual Aperam

South America), adquiriram a propriedade de dezenas de milhares de hectares de terra²⁶. O novo cenário do vale do rio Doce comandado pela lógica capitalista, muito diferente do que havia até 1930, acelerou a entrada de indivíduos com interesses mercantis ou com ambição de se estabelecer economicamente, adensando os incipientes núcleos urbanos surgidos do processo de territorialização anterior. A migração de indivíduos para os centros urbanos foi um diferencial importante, a partir da década de 1930, em relação à migração que caracterizava a frente de expansão demográfica, cuja base era essencialmente rural. Os fazendeiros que chegavam de outras regiões de Minas Gerais e de estados limítrofes se instalavam nos núcleos urbanos, caracterizando-se como *fazendeiros absenteeístas, cujas terras se destinavam à engorda de gado vacum de corte*. Diferiam dos criadores de gado tradicionais, que aparecem no romance *Fome em Canaã*. Os núcleos urbanos receberam também indivíduos que se estabeleceram como industriais ou comerciantes, ou a combinação das duas coisas, além de profissionais liberais, particularmente médicos e advogados, que também se tornaram proprietários de fazendas de engorda de gado bovino.

A ação do Estado e os grandes investimentos privados e estatais abriram caminho para outros empreendimentos e configuraram a fronteira na lógica do capital, ao submetê-la à dinâmica territorial informada pelos processos sociais mais amplos: de um lado a industrialização brasileira e, de outro, a permanência da elite política mineira no cenário político nacional. A introdução de grandes investimentos siderúrgicos, entre 1925 e 1950, realizou o prognóstico de Gorceix²⁷. As múltiplas forças (estadual, nacional e internacional), operando sobre a dinâmica da fronteira, produziram mudanças estruturais, ao substituir a agricultura familiar pela fazenda, o regime da posse pela propriedade privada da terra e o posseiro pelo trabalhador rural. No vale do rio Doce ao se combinar a economia rural com a economia urbano-industrial, que se desenvolvia no país, se processou diferenciações internas significativas. A influência dos fatores externos operou diretamente sobre as terras que formavam o vale do rio Doce, propriamente dito (depressões do rio Doce), que também estava sob a influência da EFVM: zona de influência das companhias siderúrgicas (área siderúrgica no vale do rio Piracicaba, até a

²⁶ Em 1939 iniciou-se a produção da companhia Belgo-Mineira, maior usina siderúrgica a carvão vegetal do mundo, na atual cidade de João Monlevade, no vale do rio Doce. ANDRADE, M. L. A.; CUNHA, L. M. S. O Setor Siderúrgico. In.: BNDES 50 Anos – Histórias Setoriais. (Brasília: BNDES 2002). Em 1949, ocorreu a primeira corrida do alto-forno da Companhia Aços Especiais Itabira – ACESITA, localizada a cerca de 80 km abaixo de Monlevade, a pouco mais de 12 quilômetros da confluência do rio Piracicaba com o rio Doce, junto à EFVM, às fontes de minério de ferro, de carvão vegetal e da queda d'água, aonde se construiu a Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho (inaugurada em 1951).

²⁷ João Antônio de Paula, “Dois Ensaios sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil”, *II Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina: CEDEPLAR 1983); Athos de Lemos Rache, *Contribuição ao estudo da economia mineira* (Rio de Janeiro, José Olímpio, s/d); Francisco Magalhães Gomes. *História da Siderurgia no Brasil*, (Belo Horizonte: São Paulo, Itatiaia; Edusp 1983); Heloisa Soares de Moura Costa, *Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio-ambiente urbano*. (Belo Horizonte: CEDEPLAR 1995 – Tese de Doutorado em Demografia).

barra com o rio Doce; e área de produção de carvão vegetal ao longo do rio Doce, da foz do rio Piracicaba até a barra do rio Suaçui Grande); Zona de influência de Governador Valadares (ao longo do rio Doce, da barra do rio Santo Antônio até Aimorés, na divisa com Espírito Santo; vales do rio Suaçui e seus afluentes Itambacuri e Urupuca, ao norte. O vale do rio Doce, no Espírito Santo, pode ser dividido em duas zonas pioneiras típicas: a zona cafeeira de Colatina, que penetrou os afluentes da margem norte do rio Doce e entrou em Minas Gerais, pelo vale do rio São Mateus; o município de Linhares, que se tornou uma zona cacaueteira. O sul do rio Doce também é constituído por duas zonas pioneiras típicas: a zona cafeeira do vale do rio Caratinga e a zona cafeeira do vale do Manhuaçu, que chega até o município de Aimorés. Entre 1950 e 1970, nas zonas de influência das companhias siderúrgicas e de Governador Valadares a pequena propriedade da terra se tornou uma parcela inexpressiva na estrutura agrária²⁸.

Entre 1950 e 1960 a taxa de crescimento da população da mesorregião do Vale do Rio Doce, exceto a microrregião de Ipatinga, somado à da mesorregião do Mucuri, foi de 3,23% ao ano, sendo 7,34% a.a. para população urbana e 2,16% a.a. para população rural. Essa taxa de crescimento da população urbana foi maior que a taxa de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que ficou em 6,72% ao ano. A expansão urbana e da atividade econômica no vale do Rio Doce foram sustentadas pelo crescente uso dos recursos naturais. Entretanto, a partir da década de 1960, os indicadores econômicos e demográficos do vale do rio Doce apresentam uma inflexão descendente, caracterizando uma crise estrutural, visto ser pouco afetada pela conjuntura nacional e estadual. A década de 1970, durante o milagre econômico, foi o período de maior crescimento econômico de Minas Gerais, com índices superiores a 10% a.a., atingindo até 18,2% a.a. (1974). É nesta década que as mesorregiões mencionadas apresentam índice de crescimento negativo, reduzindo-se em menos 0,14% ao ano. Se não forem consideradas as grandes companhias siderúrgicas e a indústria de celulose, entre 1960 e 1980, a participação regional no PIB mineiro reduziu-se de 7,2% para 5,7%²⁹. Segundo Baruqui (1982), a crise regional se intensificou, na década de 1980, com o declínio da pecuária de corte e fechamento dos frigoríficos, em função da degradação das pastagens e da erosão.

O fim das reservas florestais e a degradação das pastagens, associados à perda de mercado, particularmente para a indústria da mica, forçaram muitos empreendimentos a fecharem e os capitais a

²⁸ Ney Strauch. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Guia da excursão n.º 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. (Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia 1958), 111-140; Ney Strauch (org.), *A Bacia do Rio Doce. Estudo Geográfico*. (Rio de Janeiro, IBGE 1955).

²⁹ Os dados são do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro, *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, Tabelas 29; Governo de Minas Gerais. *Economia mineira – 1989: diagnóstico e perspectivas*. (Belo Horizonte: BDMG 1989). As taxas de crescimento da economia mineira foram de 13,4% (1972), 11,2% (1973) 18,2% (1974); 11,8 (1975), 15,2% (1976).

migrarem. Em 1973, auge do milagre econômico da ditadura militar no Brasil, criou-se uma expectativa de revitalização da economia do vale do rio Doce, por causa da Celulose Nipo-Brasileira S.A – Cenibra, situada às margens do rio Doce, no município de Belo Oriente. Entretanto, como ocorreu 10 anos antes com a USIMINAS, a expectativa não se confirmou, permanecendo esse grandes empreendimentos, como outros que já existiam (Acesita e Belgo Mineira), enclaves econômicos. Em 1989, um documento oficial do Governo de Minas Gerais classificou a região do rio Doce como “problemática no contexto estadual”. O mesmo documento aponta um agravante, em relação à região do Jequitinhonha, pois na região do rio Doce faltaria a consciência a respeito dos problemas regionais. Esta afirmação de que falta consciência fundamentava-se na constatação da ausência de organizações-reivindicações regionais. Ela estaria em situação pior que a região do Jequitinhonha, se considerado os índices de mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer, como indicado na tabela 01.

Tabela 01. Mortalidade, Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer, em Minas Gerais e Macrorregiões - Períodos 1960-70 e 1970-80.

INDICADORES	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (POR MIL)		TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	
	1960 - 70	1970 - 80	1960 - 70	1970 - 80	1960 - 70	1970 - 80
Período						
Minas Gerais	11,61	8,38	107,07	75,73	54,91	63,53
Metalúrgica	11,83	8,55	111,70	78,96	54,19	62,21
Zona da Mata	11,58	8,96	105,16	71,36	56,12	64,35
Sul de Minas	11,19	8,31	102,59	69,21	56,53	64,77
Triângulo	9,11	6,10	91,77	58,29	59,17	68,19
Alto S. Francisco	9,94	6,96	96,38	64,68	57,54	66,31
Noroeste	10,71	7,80	104,58	74,64	56,12	63,74
Jequitinhonha	12,14	9,25	112,60	80,33	54,05	61,96
Rio Doce	13,27	10,36	121,86	88,45	51,71	59,73

Fonte: Governo de Minas Gerais. Anuário Estatístico, (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro 1994). Cap. II, item 5, Tabelas 3-A e 3-B.

FRONTEIRA E NARRATIVA: REPRESENTAÇÃO UFANISTA DO PRESENTE E DO FUTURO

Segundo Strauch (1958) ao organizar o guia de excursão número dois (*Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*), parte da programação do XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro, em 1956, indicou as transformações positivas pelas quais passava o vale do rio Doce: extrativismo mineral; saneamento do vale e afluentes; melhoramento técnico da EFVM; instalação de modernas indústrias; aproveitamento de mananciais hidroelétricos; e construção de modernas rodovias. No guia, que foi publicado em 1958, se lê as seguintes palavras de ufanismo: “Drenando uma das mais futuras regiões do país, o rio Doce apresenta-se, hoje, como a terra da promessa para muitos”. Essa afirmação remete à seguinte pergunta: se era “uma das mais futuras regiões do país”, porque o próprio governo de Minas Gerais 20 anos

depois, classificou a região como “problemática no contexto estadual”? No lugar de se considerar a afirmação de Strauch como um prognóstico objetivo, o correto seria considerá-la parte de uma visão cornucopiana que se construiu no e sobre o vale do rio Doce. A proposta dessa seção é contrapor duas percepções diferentes: de um lado a fé ufanista no futuro (uma forma de *boosterism*), cujo objetivo é atrair pessoas e meios para que o próprio futuro se realize; de outro lado, a paisagem vista pelo que é de fora e não tem obrigação de compartilhar essa fé no futuro.

Inicialmente tratemos da afirmação de que o vale do rio Doce é uma “terra da promessa para muitos”. As zonas de fronteira tendem a favorecer narrativas baseadas na ideia de progresso, construídas por parte dos atores que ocupam os extratos mais elevados da pirâmide social. São as opiniões e lembranças desses atores, comumente, que se conservam em textos impressos e locais de memórias (monumentos, topônimos, logradouros, museus etc.). Segundo Cronon (1992), essas são narrativas dos que se auto definem como pioneiros. Elas têm uma duração limitada ao tempo de vida de uma única geração e está localizado historicamente no momento logo após a invasão dos colonos e ocupação das terras indígenas. Entretanto, as narrativas dos “pioneiros” do vale do rio Doce formam um caso particular, ao deslocar o tempo para um período posterior à conquista e à ocupação das terras indígenas, ou mesmo para depois da ocupação efetiva das terras pela frente de expansão demográfica. O tempo passa a pertencer aos fazendeiros e agentes do capital, fazendo desaparecer os vários tempos anteriores ao da constituição da propriedade privada da terra. Essas narrativas apagam a temporalidade associada aos índios, mestiços, negros, pardos, gente *desclassificada* que, juntamente com militares, jagunços, missionários, garimpeiros e aventureiros, efetivamente ocuparam o sertão do rio Doce, entre 1800 e 1910, ou mesmo 1930.

Poucos são os nomes reconhecidos que chegaram antes ou mesmo com a estrada de ferro, em 1910. José Serra Lima, que aparece no romance *Fome em Canaã* como o “patriarca do lugar”, é uma exceção. Para Hermírio Gomes da Silva, um “pioneiro” que se estabeleceu em Figueira, na década de 1930, “...isso aqui era uma reserva ecológica, vamos dizer assim; foi a mais recente fronteira de 50 anos para cá [1996], que foi aberta em Minas Gerais”. A narrativa dos pioneiros foca a atenção na fase do *boom* da economia do vale do rio Doce, entre 1930 e 1960³⁰. Constrói uma história sem contradições e

³⁰ Haruf Salmen Espindola, “História de uma formação socioeconômica: o caso de Governador Valadares,” *Varia História*, (1998), 151, 152. Depoimento de Hermírio Gomes da Silva ao autor, gravado no seu Gabinete na Reitoria da Univale, em 1996. Hermírio foi prefeito de Governador Valadares, por dois mandatos (1967-1970 e 1973-1976); Arquivo do Centro de Documentação e Arquivo de Custódia - CEDAC/Univale. Veja as memórias sobre Governador Valadares e região, tais como Edmar Campelo Costa, *Epopéia de Pioneiros*. (Belo Horizonte: s/ed 1977); Jonathas Gerry de Oliveira Durço, *Pokrane. Da saga dos botocudos ao nascimento de um arraial. Notas históricas*. (Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1989); Antalcidas Sérgio Ferreira, *Uma ponte sobre o Rio Doce, em Resplendor*, (Resplendor: s/ed 1941); Manoel Milagre Ferreira, *História do município de Baixo-Guandu*. (Baixo-Guandu: Prefeitura Municipal, 1958); José Raymundo Fonseca, *Figueira do Rio Doce* (Rio de Janeiro:

conflitos sociais, uma narrativa linear que se projeta no ideário de progresso, que forma o contexto mais amplo da história nacional (modernização e industrialização, nos períodos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek). Entretanto, à medida que os *pioneiros* envelhecem e vão desaparecendo, a escrita ganha um sentimento nostálgico de perda da idade de ouro, um tempo supostamente feliz. Assim, parece acertado concentrar-se em textos contemporâneos a suposta “idade de ouro”, com objetivo de examinar as construções culturais, ideias e discursos escritos sobre o vale do rio Doce. Nos textos, vamos concentrar na visão da paisagem, ideia de natureza e discurso sobre o futuro.

Conforme Castro (1946), no artigo com o título “Perspectivas do Vale do Rio Doce”, no qual o horizonte de expectativa é marcado pelo otimismo em relação ao futuro próximo, por causa das “amplas perspectivas do progresso e riqueza da zona do Rio Doce”, sendo republicado pela edição especial da revista *Acaiaca*, em 1951, dedicada a Governador Valadares. Para o autor, o fato de a região ser servida pela rodovia Rio-Bahia (BR-116) e pela EFVM lhe daria as condições para ser o cenário de entrecruzamento das correntes econômicas do Nordeste e do centro do País, constituindo-se como um dos fulcros de gravitação econômica de Minas Gerais. As fontes de progresso estariam na fertilidade dos solos, aptos para a cultura dos cereais; nas reservas minerais do subsolo, em mica, cristais e pedras coradas; nas extensas “pastagens naturais”³¹, nas condições climáticas favoráveis aos rebanhos; e na “incalculável opulência florestal, fonte de próspera indústria de serrarias e de exportação de madeiras”. No horizonte de expectativa, no entanto, estava a industrialização e, para isso, a região oferecia o potencial hidroelétrico e matéria prima. A revista *Acaiaca* trouxe outros artigos que refletiam o mesmo horizonte de expectativa, marcado pela ideia de progresso e riquezas. As bases são sempre as mesmas: entroncamento rodoferroviário, solos férteis, madeiras de lei e subsolo “rico em minérios”. Como foi dito anteriormente, esse otimismo é comum às zonas de fronteira, porém para o vale do rio Doce, propriamente dito, dificilmente se poderia classificá-lo como zona pioneira na década de 1950. Conforme Egler (1951), em artigo de 1951 para a Revista Brasileira de Geografia, a zona pioneira tinha se deslocado para o norte do rio Doce, na bacia do São Mateus.

s/ed, s/d.); Innocente S Leão, *Notas históricas sobre Guanbães*. (Belo Horizonte: s/ed. 1967); Antônio Tavares de Paula, *História de Aimorés*, (Belo Horizonte: Usina de Livros 1993, 2 v.); Carlindo Marques Pereira, *O massacre de Ipatinga*, (Belo Horizonte: s/ed. 1984); Serafim Ângelo da Silva Pereira, *Itambacuri e sua história*. (s/l.: s/ed. 1984, 2 v.); Dermeval Pimenta, *A mata do Peçanha* (Belo Horizonte: s/ed. 1966); Ruth Soares, *Memórias de uma cidade*. (Governador Valadares: Tribuna Fiel 1983).

³¹ Os pastos não eram naturais, mas da gramínea africana capim-colonião (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*), que se alastrou em altitudes inferiores a 400 metros. A invasão dessa gramínea exótica se deu sobre solos desflorestados, favorecida pelos incêndios florestais, sem que fosse necessário o plantio. Com isso se formou a ideia de que eram pastos naturais ou nativos. Espindola, HS; Wendling, IJ. “Elementos biológicos na configuração do território do Rio Doce,” *Varia História*, 24 (2008) 190-191.

Além do potencial de desenvolvimento da cidade, são destacadas as belezas naturais que a todos deslumbram. Juntamente com o prognóstico de progresso e riqueza, a revista Acaiaca é laudatória dos pioneiros: fazendeiros, empresários e grandes companhias, como a siderúrgica Belgo-Mineira. A visão cornucopiana embaçava a consciência, impedindo-a de reconhecer a devastação das florestas e, ao mesmo tempo, possibilitava exagera na visão ufanista:

A propósito devemos salientar ser inesgotável para esse fim a opulência vegetal do Vale do Rio Doce. Todas as serrarias do município, somadas as suas atividades, consomem o mínimo dos recursos da flora do Vale, sendo insignificante o seu papel no desbastamento das florestas, que ali oferece o grande espetáculo de sua mais empolgante exuberância tropical. (Castro 1946).

Segundo Passos (1964), o embaçamento da consciência pode ser demonstrado ao se contrapor outro texto contemporâneo aos mencionados anteriores. O romancista norte-americano descreveu uma paisagem completamente diferente. Ele viajou por diversas regiões do Brasil, visitando diferentes sítios, entre os quais a cidade de Governador Valadares. Ele descreveu o que viu quando o avião em que estava decolou de Governador Valadares com destino a Itabira. Ele não viu florestas opulentas, mas pastagens em chamas: “comecei a perceber como estava devastada a região”; “o fogo abria veios vermelhos nas encostas nuas”; montanhas “fumegavam como papéis queimados numa lareira”.

Os pastos ao lado dos rios sinuosos mostravam a rede fina de trilhas de gado que é o sinal dos pastos esgotados. Eram raras as casas, quase sempre isoladas no alto de uma colina no fundo dos vales. Perto de cada casa, em geral distinguiam-se as folhas largas de algumas bananeiras e escassos quadrados verdes de terra cultivada. Era difícil imaginar como uma população tão dispersa e reduzida pudera fazer tamanha devastação nas montanhas. As necessidades de lenha da estrada de ferro, a preparação de carvão para cozinhar e para os fornos do ferro haviam já depredado as matas em imensa extensão. A derrubada da madeira para exportação completou a obra. Enquanto subíamos para galgar nova série de escarpas de granito, os vales embaixo estavam fumegantes.

Dos Passos (1964) ao reproduzir a fala de um “homem de negócios”, com quem conversou durante a viagem, oferece um indicativo de como era generalizada a mentalidade do tipo *boosterism*. O “homem de negócio” começou o diálogo de uma forma bem característica desse tipo de mentalidade, supondo uma ignorância do outro: não sabia se ele, como estrangeiro, “compreendia toda a significação do que estava vendo no Vale do Rio Doce”:

Estamos subindo uma série de degraus. Primeiro, o vale era tão insalubre que era difícil até manter a estrada de ferro. O serviço de malária e a saúde pública higienizaram o vale e foi possível, então, melhorar a estrada de ferro. Os americanos ajudaram o Brasil a subir mais um degrau. Temos no Estado de Minas Gerais as mais ricas jazidas de minério de ferro do mundo,

Haruf Salmen Espindola

mas só o extraímos com picaretas e enxadas. Com o empréstimo americano compram-se as máquinas para explorar as jazidas. Outro degrau...³² (Passos 1964)

Fica claro o contraste entre as duas narrativas: onde dos Passos (1964) vê devastação, o “homem de negócios” de Governador Valadares vê degraus de progresso. Esse otimismo e essa idealização da paisagem florestal ainda são encontrados, segundo Rocha e Barbosa (1965), no manual escolar do Estado de Minas Gerais, para orientação dos professores da 3ª série primária. O título da quinta parte é “A Fabulosa Zona do Rio Doce”. Logo no início anuncia que “sobreviver o Rio Doce é algo inesquecível”; mais a frente descreve uma paisagem variada, formada de recursos e belezas: “após avistar reservas de ferro, avistamos reservas de matas e é toda uma variedade de verde...” Conserva o mesmo horizonte de expectativa de progresso e riqueza, afirmando ser o futuro grandioso para o vale que “produz tudo quanto se possa imaginar”.

A paisagem florestal descrita pelo manual não correspondia aos fatos, visto que em meados da década de 1960 as pastagens de capim colônio já haviam substituído as matas. Segundo a SEITEC (1969), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) publicou, em 1963 e 1969, estudos sobre as perspectivas econômicas do vale do rio Doce, nos quais destacou a extensão da devastação das florestas, como John dos Passos havia observado, em 1948. A zona de Governador Valadares, que era coberta por floresta tropical (91% da área), matas de tabuleiros (7,5%) e vegetação litorânea (1,5%), estava com a floresta tropical reduzidas a 2,5% da área primitiva, em 1969. As outras zonas do rio Doce (zona de influência das companhias siderúrgica; zonas cafeeiras de Colatina e Caratinga/Manhuaçu; e zona cacauieira de Linhares) apresentavam variação de 2,5 a 10% de cobertura florestal remanescente, sendo a média geral de 5%, incluindo o Parque Estadual do Rio Doce, na zona siderúrgica, e a Reserva Biológica de Sooretama, pertencente a CVRD, a 45 km de Linhares. Segundo Espindola e Wendling (2008) foram as seguintes causas do desmatamento: consumo de lenha, produção de carvão vegetal, desmatamento para uso agropecuário e desperdício.

A narrativa dos pioneiros não contém críticas nem reivindicações regionalistas. Segundo Espindola (1999), a trajetória da Associação Comercial de Governador Valadares – ACGV, a mais tradicional entidade do patronato regional, fundada em 1939, serve de exemplo para se identificar esse tipo de narrativa. O discurso, segundo Espindola (2001), que se extrai das atas da entidade não apresenta consciência crítica nem faz menção ao esvaziamento econômico, aos problemas ambientais, aos conflitos sociais, à devastação das florestas etc., mas com a visão cornucopiana concentra-se em

³² Passos, *Brasil Desperta*. John dos Passos esteve em diversos estados brasileiros, com destaque para as cidades de Petrópolis, Vitória, Governador Valadares, Itabira, Congonhas do Campo, Ouro Preto, Juiz de Fora, Goiânia, Maringá, Curitiba, Recife, Manaus, Belém, Mossoró, entre outros.

noticiar o engrandecimento da cidade e em enaltecer os “pioneiros” promotores do progresso. O discurso, centrado no tema da industrialização, anunciava sempre um quadro ufanista da economia local. Na década de 1960, o grande projeto foi a criação do distrito industrial de Governador Valadares, para sediar os supostos empreendimentos industriais que aportariam na cidade. Entretanto, a realidade se mostrava muito diferente, com o fechamento de empresas (usina de açúcar e álcool, siderúrgicas, beneficiadoras de mica, frigoríficos etc.) e uma emigração crescente.

QUESTÕES FINAIS

A história do vale do rio Doce é uma história do rompimento do equilíbrio entre o **potencial ecológico** e a **exploração biológica**, isto é, entre relevo, clima e hidrologia, de um lado, e a vegetação, solo e fauna, de outro. A paisagem sofreu profundas modificações, entre 1940 e 1970, em função da exploração extrativista; da eliminação da cobertura florestal; da redução drástica da fauna; das alterações físicas e químicas dos solos; da contaminação das águas superficiais e lençóis freáticos; e da degradação acelerada das vertentes, gerando problemas ambientais de longo prazo.

Dois processos de territorialização operaram, concomitantemente. O primeiro foi caracterizado pela ocupação das terras devolutas e distribuição dos assentamentos humanos que aproveitavam as possibilidades oferecidas pelo meio e a experiência anterior das populações formadas por lavradores pobres, criadores de gado e cafeicultores. A dinâmica desse primeiro processo de territorialização se constituiu pela combinação de todas as demandas possíveis das populações provenientes de diversas origens; pela presença coetânea no espaço de diferentes grupos sociais, com suas múltiplas referências culturais de origem; e pelas estruturas econômicas e sociais que se formavam, compondo as bases socioterritoriais da região. O conjunto desses elementos pode ser classificado como “forças internas” que operavam o processo de territorialização. Por outro lado, tem-se a distribuição e localização no espaço da força de trabalho, das atividades produtivas e outros processos determinadas pelo interesse do capital e do Estado, que se podem classificar de “forças externas”.

A relação entre território, fronteira e biodiversidade permitiu investigar como os agenciamentos humanos, com suas concepções, valores e atividades produtivas, alteraram o mundo natural e produziram a paisagem que forma o vale do rio Doce. No século XX, a lógica que comandou o processo de territorialização é dada pelo movimento do capital privado nacional, estatal e estrangeiro. Considerando o espaço (o vale do rio Doce e os seus recursos naturais) e o tempo (período da industrialização brasileira, entre 1930 e 1970) têm-se os elementos relacionais mencionados: os agentes das grandes empresas (Belgo-Mineira, Acesita, Companhia Vale do Rio Doce, USIMINAS etc.); o

objetivo de extração dos recursos naturais e de exportação para os centros industriais do Brasil ou do exterior; e as estratégias expressas na forma de diferentes condições: a) tecnológicas (carvão vegetal, infraestrutura de transporte, energia etc.), b) jurídicas (propriedade privada da terra, garantias contratuais, regulação da força de trabalho, associação de capitais etc.), c) econômicas (mercado de mão de obra, fretes satisfatórios, abastecimento de matéria prima etc.) d) sociais (controle da força de trabalho, urbanização mínima, condições sanitárias adequadas, sistema de saúde, educação etc.). Os códigos que governaram o processo de territorialização podem ser sintetizados assim: os da racionalidade econômica e técnica; os da ideia de progresso e terra prometida; os da industrialização; os da modernização contra o atraso, a apatia e a ignorância. O código político-jurídico foi uma combinação da jurisdição estadual sobre o solo e do Estado nacional sobre o subsolo, águas e florestas. O destaque fica com o direito de propriedade, como fundamento jurídico que integrou o vale do rio Doce à ordem superior da política nacional, dos interesses de Minas Gerais e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- Almeida CA de 1978. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. (Rio de Janeiro: José Olímpio).
- Augusta TCM 2014. Princesa da Baviera, *Viagem pelos trópicos brasileiros*. (Vila Velha: Phoenix Cultura), p. 95.
- Baruqui FM 1982. *Inter-Relações Solo-Pastagens nas Regiões Mata e Rio Doce do Estado de Minas Gerais*, (Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Viçosa), p. 92.
- Bernardes A da Silva 1920 (Presidente do Estado de Minas Gerais). *Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, de 15 de junho de 1920*, 78-79. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/000078.html>. Acessado em 24/3/2014.
- Borges MEL 1988. *Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais (1950-1964)*. (Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - Dissertação de Mestrado).
- Bourdieu P 1985. *O poder simbólico*. (Rio de Janeiro, Bertrand), p. 114, 125-126.
- Castro SM de 1946. *Voz do Rio Doce*. Governador Valadares, ano 2, n. 52, de 13 de outubro, p. 9; Silva Monteiro de Castro, "Perspectiva do Vale do Rio Doce, *Acaiaca: Revista de Cultura*, p. 32, 105 (nov. de 1951).
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 1969. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD: estudo básico*. São Paulo: Planejamento Agro-Industriais.
- COMPANHIAVALE DO RIO DOCE 1963. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*. São Paulo: SERETE 1963, 3v.;
- Cronon W 1992. A Place for Stories: Nature, History, and Narrative, *The Journal of American History*, 78, 4, (march), p. 1.352, 1.353.

- Cupolillo F 2008. *Diagnóstico hidroclimatológico da Bacia do Rio Doce*. (Belo Horizonte: IGC/UFMG - Tese de Doutorado).
- Deleuze G, Guattari F 2002. *Mil Platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Ed. P. 34. (Volume 4).
- Egler WA 1951. Zona pioneira ao norte do rio Doce, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, XVIII, p. 223-264.
- Espindola HS 1999. *História da Associação Comercial de Governador Valadares* (Governador Valadares: Univale), p. 74-126.
- Espindola HS 2000. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 8, n.14, p. 67-75;
- Espindola HS 2001. “História e Região: construção das identidades individual e coletiva,” *XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói, ANPUH.
- Espindola HS 2001. A Colonização das Almas. (*Pos-História*, Assis, v. 9, p. 115-126).
- Espindola HS 2005. *Sertão do Rio Doce*. (Bauru: Edusc).
- Espindola HS 2009. “Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 11, p. 85-86.
- Espindola HS et. Alli 2010. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: Haruf Salmen Espindola; Jean Luiz Neves de Abreu (Org.). *Sociedade, Território e Modernização*. (Governador Valadares: Editora Univale, p. 19-58), 8-9. Disponível em http://www.univale.br/central_arquivos/arquivos/territoriosociedademodernizacao_eletronico.pdf. Acessado em 15 de outubro de 2014.
- Espindola HS. “Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960)”, *CESCONTEXTO*, Coimbra, 1 (mar. 2013), 277. Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf. Acessado em 24/4/2014.
- Espindola HS; Wendling, IJ 2008. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, p. 177-197.
- Espindola W 1969. “Elementos biológicos na configuração do território do Rio Doce”; Companhia Vale do Rio Doce, *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD: estudo básico*, p. 248 e 251, 259.
- Espindola, HS 2011, Esteves AC, Martins RF, Moraes JCPP, Aquino BP. Emergência do Movimento Social no Campo: conflito entre posse e propriedade em Minas Gerais.. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR 2011, Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR. v. 1. p. 1-17.
- Espindola, HS, Moraes JCPP, Aquino BP, Guimaraes DJM, Siqueira NL 2013. Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960). *Coimbra, CESCONTEXTO*, v. 1, p. 260-296 2013.

Fischer G 2014. Minério de ferro, geologia econômica e redes de experts entre Wisconsin e Minas Gerais 1881-1914. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Mar, vol.21, no.1, p.247-262.

Flório L 2010. Agripa Vasconcelos e a Biografia: Uma Questão de Gênero, *Revista Discente do CELL*, n. 0 – 1º sem. 2010. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/cell/cell/index.php/cell/article/download/7/29>. Acessado em 17 de outubro de 2014.

Fonseca JR.. *Figueira do rio Doce: Vivência, Lembrança, Saudade*. Rio de Janeiro: publicado pelo autor 1986 (?), p. 32.

Genovez PF, Pereira FR 2014. Da lepra à hanseníase: política pública, o cotidiano e o estigma a partir da memória de seus atores – Governador Valadares (década de 1980), *História: Questões & Debates*, p. 60.

Gorceix C-H 1906. O ferro e os mestres de forja, 43; Francisco Sales (Presidente de Minas). *Mensagem ao Congresso Mineiro, de 15 de junho de 1906*, (Belo Horizonte: Imprensa Oficial), p. 66. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u290/000065.html>. Acessado em 24/4/2014.

Gorceix C-H 1952. O ferro e os mestres de forja na província de Minas Gerais, *Revista da Escola de Minas*, (dez.), p. 41, 42.

Governo de MG. *Economia Mineira – 1989: diagnóstico e perspectiva*(Belo Horizonte: BDMG – Banco de Desenvolvimento Econômico, v. 5.

Graça Aranha, JP 1904. *Chanaan*. 2. ed. (Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor), p. 44-45, 80, 82, 312.

Guattari F, Suely R 2005. *Micropolítica cartografias do desejo*, (7º Ed. Revisada, Petrópolis, RJ: Vozes 200), 388.

Holanda SB de 1994. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, (São Paulo: Brasiliense).

Martins Filho AV 2009. *O segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política*, (Belo Horizonte: Crisálida), p. 108-109.

Martins JS 1991. Expropriação e violência a questão política no campo, 3ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo. Editora Hucitec, p. 30.

Martins JS 1996. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira, *Tempo Social; Rev. Sociol.*, 8, 1 (maio), p. 25, 29.

Melo e Silva, J 1989. Canaã do oeste: sul de Mato Grosso. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Miranda S de 1949. Rio Doce. Impressões de uma Época, (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército), p. 11, 22.

Nogueira, A, Francisco, R 2004. Chegada a Canaã. Eles construíram a medicina em Londrina. Londrina: Associação Médica de Londrina.

Passos J dos 1964. *Brasil Desperta*, (Rio de Janeiro: Record), 39 (lançado nos EUA, em 1963, com o título *Brazil on the Move*, pela editora Doubleday).

Pinheiro F 2011. História do Banco do Brasil. 1906 a 2011. (Rio de Janeiro, s/ed.), p. 35-37. Disponível em http://www.fernandopinheirobb.com.br/escritor/livros/Fernando_Pinheiro_historia%20do%20bb.pdf. Acessado em 17 de outubro de 2014.

Raffestin C 1993. *Por uma geografia do poder*. (São Paulo: Ática), 11-29, 223-236 [*Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Librairies techniques 1980].

Rocha AVM, Barbosa NA 1965. *Aprendizagem infantil na 3ª série*, (Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana), p. 156-157.

Rosa LBRA 1976. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas. 1890-1940*. (São Paulo: FFLCH/USP - Dissertação de Mestrado), p. 108-122, 137-145;

Sack RD 1986. *Human Territoriality: Its Theory and History* (Cambridge: Cambridge University Press), p. 19-27.

Saint-Hilaire A de 1974. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, p. 165, 176-177.

Senna N de 1906. *Bacia do Rio Doce. Terceiros dos relatórios apresentado ao governo do Estado de MG*, (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 24, 25.

Siman LC 1988. Depoimento de José Chaves Reis. “A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), p. 77, 78, 248.

Steains WJ. 1888. An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil), Proceedings of the Royal Geographical Society vol. X, n. I, p. 61-84, 62, 66.

Steains WJ. 1888. O Valle do Rio Doce, Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro tomo IV, 3o. Boletim, p. 213-226, 218-219, 225.

Strauch N 1955. *A Bacia do Rio Doce. Estudo Geográfico*. (Rio de Janeiro, IBGE), p. 3.

Strauch N 1955. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Guia da excursão n.º 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. (Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia 1958), 78, 98, 99, 111-140; Ney Strauch (org.), *A Bacia do Rio Doce. Estudo Geográfico*. (Rio de Janeiro, IBGE).

Turner FJ 1996. The Frontier In American History. University of Virginia. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>. Acessado em 14 de abril de 2009.

Vasconcelos A 1996. *Fome em Canaã*, 159, 160, 161, 162, 163, 172, 175, 176, 177, 178 180 181 183 205, 222, 237, 238, 244.

Vilarino MTB 2008. Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do médio rio Doce: 1942-1960. Belo Horizonte, UFMG, [Dissertação de Mestrado]

Waibel, LH 1955. As zonas pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, n. 4, pp. 389-422, out./dez.

Vale do Rio Doce (Valley of the Sweet River): Frontier, industrialization and the collapse of the social environment

ABSTRACT

The valley from sweet river - VRD has motivated research in several areas of knowledge on the part of domestic and foreign researchers. The interest is attracted by the variety of overlapping social and environmental processes, socio-economic, socio-cultural and political. The VRD remained as open border until mid-twentieth century, when finally ended the availability of land and waxed forward pioneer. Concomitant to the settlement, economic occupation and formation of urban areas, if implemented by state action major investment projects, particularly in the areas of steel and mining. If for actors linked to modernize the border was seen as depository of natural resources to the people who came with several hopes the border was a promised land. In the case of VRD, the pioneer front, common phenomenon in Brazilian history, was impacted by territorial large capital investment, thus defined a particular historical dynamics. The end of the border was marked by the first signs of whether it is an unsustainable process, whose outcome is the social and environmental collapse. However, this does not arise for those involved, who insist on playing a vainglorious vision. Therefore, this article deals with the landscape view, the nature of idea, the narratives on the border and discourse over the territory, that is, cultural buildings, written ideas and discourses on the VRD.

Keywords: Minas Gerais; Valley from Sweet River; Pioneer front; Front of demographic expansion; Major Capital Investment.

Submissão: 29/05/2014
Aceite: 10/02/2015